



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVI — N.º 89

QUARTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1971

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER

N.º 62, de 1971 (CN)

da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Mensagem n.º 58, de 1971 (n.º 234/71, na Presidência da República), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.180, de 6 de julho de 1971, que "altera o art. 8.º da Lei n.º 5.508, de 11 de outubro de 1968".

Relator: Deputado Manoel Rodrigues

1. Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.180, de 1971, que altera o art. 8.º da Lei n.º 5.508, de 1968, que aprova a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos de 1969 a 1973.

2. O texto em exame é o seguinte:

"Art. 1.º — O § 1.º do art. 8.º da Lei n.º 5.508, de 11 de outubro de 1968, é acrescido da seguinte alínea:

Art. 8.º —

§ 1.º —

d) custeio de levantamento básico e avaliação de recursos naturais do Nordeste".

3. O art. 8.º da Lei n.º 5.508, de 1968, estabelece:

"Art. 8.º — Em substituição ao Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), é criado o Fundo de Pesquisa e de Recursos

Naturais do Nordeste (FURENE), a ser gerido pela SUDENE.

§ 1.º — Os recursos do FURENE serão utilizados nas seguintes finalidades:

- a) financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias adequadas às condições regionais;
- b) financiamento à pesquisa de recursos naturais do Nordeste; e
- c) custeio de pesquisa científica ou tecnológica".

4. O § 4.º desse art. 8.º dispõe:

"§ 4.º — Para cumprimento do disposto na letra c do § 1.º, deste artigo e na conformidade dos programas que aprovar, a SUDENE, mediante convênio com as Universidades e institutos especializados de pesquisa e experimentação, sediados no Nordeste, aplicará 1% (um por cento) dos recursos incorporados ao FURENE, por força do § 2.º do art. 21 desta Lei".

5. A Exposição de Motivos do Ministro do Interior diz:

"Nos termos da letra c, do § 1.º, combinado com o § 4.º, do referido art. 8.º, o custeio de pesquisa científica ou tecnológica somente poderá ser atendido mediante convênio com universidades e institutos especializados de pesquisa e experimentação, sediados no Nordeste, limitados os gastos com essa destinação a, no máximo, 1% (um por cento) dos recursos incorporados ao FURENE.

Acontece que, em decorrência do item IV, do art. 1.º, do Decreto n.º 67.113, de 26 de agosto de 1970, que regulamenta o Plano de Integração Nacional (PIN), foi criado

o Projeto RADAM, cujos objetivos são semelhantes aos do FURENE. Entretanto, em face das limitações contidas nos dispositivos legais supramencionados, não podem ser aplicados, nesse Projeto, quaisquer parcelas daquele Fundo. A providência, ora encaminhada a Vossa Excelência, suprime o óbice legal apontado, sem prejudicar a finalidade específica do Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste. Tratando-se de assunto de interesse público, relevante, não ocorrendo qualquer aumento de despesa e regulando a matéria de finanças públicas, entendo aplicar-se, à espécie, a expedição de decreto-lei, na forma prevista no art. 55, II, da Constituição Federal".

6. O projeto visa, portanto, a permitir, que não apenas seja financiado, mas também custeado o levantamento dos recursos naturais na área do Nordeste, sem os óbices da legislação vigente (§ 4.º, art. 8.º da Lei n.º 5.508, de 1968).

E isso porquanto, para a execução do Programa de Integração Nacional, faz-se mister levar a efeito, previamente, levantamentos topográficos, da cobertura florestal, da geomorfologia para pesquisas minerais e energéticas. Em outras palavras, trata-se de melhor conhecer as margens da rodovia Transamazônica, sobretudo, a natureza do solo para fixação de populações que estão sendo transferidas para aquela região (inciso IV do art. 1.º do Decreto n.º 67.113, de 1970), matéria de interesse público relevante e urgente.

7. Ante o exposto, nada havendo a opor ao referido Decreto-lei, opinamos

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ARNALDO GOMES

SUPERINTENDENTE

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI

Chefe da Divisão Industrial

ANTONINO OLAVO DE ALMEIDA

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

pela sua aprovação, na forma do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 46, DE 1971 (CN)

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.180, de 6 de julho de 1971.

O Congresso Nacional decreta:

Art. único — É aprovado o Decreto-lei n.º 1.180, de 6 de julho de 1971, que

“altera o art. 8.º da Lei n.º 5.508, de 11 de outubro de 1968”.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1971. — Deputado Fernando Lyra, Presidente — Deputado Manoel Rodrigues, Relator — Senador José Lindoso — Senador José Sarney — Senador Fausto Castello-Branco — Senador Dinarte Mariz — Senador Milton

Cabral — Senador Arnon de Mello — Senador Heitor Dias — Senador Ruy Carneiro — Deputado Francisco Rollemberg — Deputado Prisco Viana — Deputado Joaquim Coutinho — Deputado Oceano Carleial — Deputado Eurico Ribeiro — Deputado Álvaro Gaudêncio — Deputado Marcondes Gadelha — Deputado Henrique Alves.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso V, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 29, DE 1971

Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1969.

Art. 1.º — São aprovadas as Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1969, consubstanciadas nos Balanços Gerais da Administração Direta e nos Balanços Consolidados das entidades que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal, sobre as quais foi emitido parecer favorável do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do disposto no art. 42, inciso V, da Constituição e de acordo com o estabelecido no art. 28 da Lei n.º 3.538, de 22 de novembro de 1968.

Art. 2.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1971. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 30, DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressão contida no art. 66 da Constituição de 1967 do Estado da Guanabara.

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal,

proferida em 26 de fevereiro de 1969, nos autos da Representação n.º 770 do Estado da Guanabara, a execução da expressão “... a Procuradoria-Geral do Estado ...”, contida do art. 66 da Constituição de 1967, daquele Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1971. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N.º 31, DE 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do art. 7.º da Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962.

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 18 de março de 1971, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 70.536, do Estado de São Paulo, a execução do art. 70 da Lei Federal n.º 4.116, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1971. — Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal.

ATA DA 100.ª SESSÃO EM 10 DE AGOSTO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

**PRESIDENCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrónio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Luiz Cavalcanti — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tórreres Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Carvalho Pinto — Benedito Ferreira — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Ney Braga — Antônio Carlos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a Sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura de matéria que se encontra sobre a mesa.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

N.º 177/71 (n.º 279/71, na origem), de 5 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29/71 (n.º 938-B/68, na Casa de origem), que dá a denominação de "Coaracy Nunes" à Usina Hidrelétrica da cachoeira do Paredão, no Território Federal do Amapá (Projeto que se transformou na Lei n.º 5.690, de 5-8-71);

Agradecendo remessa de autógrafo de Decreto Legislativo:

N.º 178/71 (n.º 281/71, na origem), de 6 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 54/71, que dá provimento a recurso do Tribunal de Con-

tas da União a fim de ser mantida a decisão denegatória de registro de despesa proveniente de fornecimento feito à Casa da Moeda pela Cia. Fabricadora de Papel.

PARECER

PARECER

N.º 315, de 1971

da Comissão Diretora, sobre o Requerimento n.º 139, de 1971, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do "Relatório do Sr. Onaldo Xavier de Oliveira — Representante dos Produtores de Cacau do Brasil — Na XVI Assembléia da Aliança dos Países Produtores de Cacau, realizada no período de 17 de maio a 1.º de junho de 1971, em Abidjan, Costa do Marfim, na África, e Genebra, Suíça, na Europa.

Relator: Sr. Guido Mondin

Requer o eminente Senador Nelson Carneiro, na forma regimental, a transcrição, nos Anais desta Casa, do Relatório do Sr. Onaldo Xavier de Oliveira, Representante dos Produtores de Cacau do Brasil da XVI Assembléia da Aliança dos Países Produtores de Cacau, realizada no período de 17 de maio a 1.º de junho de 1971, em Abidjan, Costa do Marfim, na África, e Genebra, Suíça, na Europa.

II — O Relatório em apêndice contém as observações e atividades relacionadas com a participação da delegação brasileira na referida Assembléia e em outras reuniões onde se discutiram assuntos correlativos e de interesse dos produtores de cacau, como desdobramento das atividades da Aliança dos Países Produtores, no período de 17 de maio a 1.º de junho de 1971.

III — O Relatório, longo e minucioso, está distribuído pelos seguintes itens:

1.º — **Reunião dos Diretores de Vendas**, onde se discutiram os seguintes assuntos:

- Questões ainda pendentes da Reunião Extraordinária dos Diretores de Vendas, realizada em abril deste ano;
- Troca de informações entre os países membros;
- situação das Vendas do Temporal;
- Política de Vendas da safra 71/72;
- Questões pendentes da 8.ª Reunião do Comitê do Codex Alimentarius.

2.º — **Assembléia da Aliança dos Países Produtores de Cacau**, em que

se discutiram, entre outros, os seguintes temas:

- Eleição do Secretário-Geral e do Secretário-Adjunto da Aliança;
- Proposição para enviar uma missão de informação e estudo da Aliança à Europa Oriental;
- Proposta do Brasil para criação de um Comitê Industrial;
- Novos membros para a Aliança;
- Proposição para que se crie uma Caixa Internacional de Cacau;
- Projeto de Acórdo entre os Produtores de Cacau;
- Acórdo Internacional do Cacau.

3.º — **Reunião em Genebra com o Secretariado da UNCTAD.**

IV — Os pontos fundamentais da reunião da XVI Assembléia da Aliança dos Países Produtores de Cacau foram:

- o interesse dos produtores de fazer um Acórdo Internacional de Cacau;
- a aceitação das sugestões do Secretário-Geral da UNCTAD para simplificação do projeto do Acórdo;
- a liderança da Costa do Marfim; e
- a eliminação das tensões, dentro da Aliança, existentes entre africanos, francófonos e anglófonos.

V — O Relatório em tela aborda, como se vê, problema de grande interesse para a economia nacional, em que o cacau se situa como um dos elementos de base.

O esforço, nele revelado, para tornar mais compreensível a questão do cacau no plano internacional, é meritório e elogiável.

Os temas principais, referentes ao produto, foram inteligentemente expostos e debatidos no documento em exame, pelo que os experts no assunto, membros do governo ou particulares, nele encontrarão valioso subsídio a seus estudos e negócios.

Pelo Relatório, não só conhecemos da atuação da Delegação Brasileira como, ainda, nele encontramos elementos que serão de grande utilidade na fixação de nossa política cacaueira.

VI — Ante o exposto, opinamos favoravelmente ao Requerimento n.º 139, de 1971.

Sala da Comissão Diretora, em 10 de agosto de 1971. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Guido Mondin**, Relator — **Carlos Lindenberg** — **Ruy Carneiro** — **Ney Braga**.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 75, de 1971

Considera o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont patrono da Força Aérea Brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — A Força Aérea Brasileira tem como patrono o Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O que se procura, com o presente projeto, é dar cobertura legal ao conceito existente em torno dessa figura que revolucionou uma época, patrono, de fato, da FAB, passando a ser de direito com a sua aprovação.

Alberto Santos Dumont, inteligência viva, servida por imensa curiosidade em assuntos científicos e mecânicos, sempre dedicou sua existência aos complexos e misteriosos problemas de aerostação. Passou a desenhar balões dirigíveis, colocando nêles motores a petróleo. Conseguiu provar a dirigibilidade dos balões indo de Saint-Cloud à torre Eiffel, em Paris, contorná-la e voltar ao ponto de partida. Essa façanha lhe valeu o prêmio Deutsch de la Meurthe, cujo valor de 123.000 francos distribuiu entre seus auxiliares mecânicos e operários pobres de Paris. Depois Santos Dumont procurou efetuar o voo do mais pesado que o ar. Conseguiu com o 14-Bis (com um motor a explosão Antoinette, de 24 cv), no campo de Bagatelle, em Paris, em 1904, presenciado por uma Comissão do Aeroclube de França, quando ganhou o prêmio Archdeacon. Essa foi a origem real, documentada, da aeronáutica. Em 1910, Santos Dumont era o único aeronauta do mundo com quatro brevês de piloto: de balão livre, de dirigível, de biplano e de monoplano. Depois de 1910 não mais voou. Escreveu *Dans l'air* (no ar) e *O que eu vi: o que nós veremos*. Eleito membro da Academia Brasileira de Letras, recusou-se tomar posse, por não se julgar merecedor da honraria.

Por isto e por tantos outros fatores é que submeto aos nobres Senadores o nome de Santos Dumont para ser considerado, legalmente, o patrono da Força Aérea Brasileira, certo de que esta proposição calará fundo na alma daqueles que a integram.

Sala das Sessões, em 10-8-71. — Vasconcelos Torres.

TENENTE-BRIGADEIRO — ALBERTO SANTOS DUMONT — “Pela Lei n.º 165, de 5 de dezembro de 1947, elaborada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Eurico

Gaspar Dutra, passou a figurar no Almanaque do Ministério da Aeronáutica, em caráter permanente, no posto de Tenente-Brigadeiro.”

Nasceu em 20 de julho de 1873, no lugarejo de Cabangu, parada de João Ayres, município de Palmyra, em Minas Gerais. Por ato do Governo de Minas Gerais, seu berço natal passou a denominar-se Santos Dumont, em homenagem ao grande filho.

Aos 18 anos de idade foi mandado por seu pai a Paris, onde dedicou-se ao estudo da química, física, astronomia e mecânica.

Instalado na capital francesa, mandou construir na casa Lachambre o seu primeiro balão esférico, que se chamou Brasil, com a capacidade de 113 metros cúbicos, podendo levar um lastro de 52 quilos, tendo na parte interior uma barquinha de vime. O Brasil subiu em Paris no dia 4 de julho de 1898. O seu segundo balão denominou-se América, cubava 500 metros e com ele venceu um curso instituído pelo Aeroclube de Paris para o estudo das correntes atmosféricas. A esse certame concorreram 12 balões. Subiu mais alto e conservou-se no espaço durante 22 horas.

Abandonando a aerostação, dedicou-se com afinco a trabalhar para resolver o problema da dirigibilidade. Construiu o Santos Dumont n.º 1 que subiu em 18 de setembro de 1889; em maio de 1899, apresentou o Santos Dumont n.º 2, sem resultados satisfatórios; construiu logo após o Santos Dumont n.º 3 já nas oficinas Vauguard, com este elevou-se aos ares no dia 13 de novembro do mesmo ano. Nesse dia, contornou várias vezes a Torre Eiffel, rumando em seguida para o Parque e daí para o Campo de Bagatelle, onde pousou normalmente. Com o sucesso do n.º 3, fundou-se o Aeroclube de França e foi instituído pelo Sr. Deutsch de la Meurthe o Prêmio Deutsch, destinado àquele que, partindo de Saint-Cloud, circunavessasse a Torre Eiffel e voltasse ao ponto de partida em menos de 30 minutos.

Construiu mais os dirigíveis n.ºs 4, 5, 6 e 7 e com este venceu o prêmio Deutsch no dia 19 de outubro de 1901. Por esse feito lhe couberam mais de 100.000 francos, os quais distribuiu em partes iguais entre os seus operários e os pobres de Paris. Construiu ainda o 8 e 9; com o 9, no dia 14 de julho de 1903, manobrou sobre Longchamps, onde se realizava uma parada militar comemorativa da tomada da Bastilha.

Resolvido o problema do mais leve que o ar, dedicou-se Santos Dumont ao estudo do mais pesado e fez sem resultado o 14-Bis a sua primeira tentativa em julho de 1906; a 7 de setembro, desprendem-se por um instante as rodas do solo; a 13 do mesmo

mês consegue voar 10 metros à altura de 1 metro; a 23 de outubro voou 50 metros e a 12 de novembro venceu 220 metros a 6 metros de altura, com a velocidade de 37 km 358 à hora. Este feito lhe fez ganhar a taça Archdeacon. Estava, pois, resolvido o problema do mais pesado que o ar.

Faleceu em Santos, Estado de São Paulo, no dia 23 de julho de 1932.

Informação

Alberto Santos Dumont, cognominado o Pai da Aviação, teve, até esta data, as seguintes menções honrosas:

- Pela Lei n.º 218, de 4 de julho de 1936, foi instituído o dia 23 de outubro como o Dia do Aviador, como homenagem ao primeiro voo do mais pesado que o ar realizado por Santos Dumont, naquele dia.
- Pela Lei n.º 165, de 2 de dezembro de 1947, o nome de Alberto Santos Dumont passou a figurar, em caráter permanente, no Almanaque do Ministério da Aeronáutica, no posto de Tenente-Brigadeiro.
- Pela Lei n.º 2.149, de 29 de dezembro de 1953, em homenagem às comemorações do cinquentenário da descoberta da dirigibilidade do mais leve que o ar — aerostatos — o Instituto Nacional do Livro mandou imprimir, em edição especial, todos os trabalhos escritos pelo inventor e grande descobridor patricio Alberto Santos Dumont.
- Pelo Decreto n.º 38.610, de 19 de janeiro de 1956, foi designado “Ano Santos Dumont”, destinado a comemorar o cinquentenário do 1.º voo do mais pesado do que o ar, o período entre 20 de janeiro de 1956 e 20 de janeiro de 1957.
- Pela Lei n.º 3.636, de 22 de setembro de 1959, foi concedido ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Alberto Santos Dumont o posto honorífico de Marechal-do-Ar, devendo ser feita no Almanaque do Ministério da Aeronáutica, em caráter permanente, a devida correção.
- Pelo Aviso n.º 36-GM2, de 4 de junho de 1956, o Ministro da Aeronáutica determinou que deverão existir nas Organizações da Aeronáutica, como homenagem, galerias, onde figurarão os retratos:
 - a) do Presidente da República e do Ministro da Aeronáutica;
 - b) do Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont, e do primeiro Ministro da Aeronáutica, Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho.
- No art. 412 do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n.º 40.043, de 27 de setembro de 1956, estabelece que nas Organizações da Aeronáutica deverão existir, como homenagem, galerias de retratos,

onde figurará, entre outros, o de Alberto Santos Dumont.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O projeto lido, após publicado, irá às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, relevar-me-ão V. Ex.^a e esta Casa que aborde, nesta oportunidade, o parecer do eminente Senador José Lindoso sobre emendas que ofereci ao Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971, pela circunstância de dever comparecer, às 15 horas de hoje, à reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, de que, na qualidade de Líder da Minoria, sou um dos Membros.

Sr. Presidente, outro dia, esta Casa engalanou-se para homenagear os pracinhas. Sucederam-se os discursos exaltando as figuras dos que, tantos anonimamente, serviram à Democracia nos campos da Itália, ou preservaram, em quaisquer dos setores da atividade militar, a soberania nacional.

Mas, Sr. Presidente, com pesar se constata que o projeto enviado pelo Poder Executivo, e aprovado pela Câmara dos Deputados, desampara alguns daqueles pracinhas a quem se visava amparar.

O eminente Senador José Lindoso deu parecer sobre as emendas apresentadas por esta Liderança. E opinou pela inconstitucionalidade de três, e pela inconveniência da quarta.

Diz S. Ex.^a em seu douto parecer, que a primeira dessas emendas se choca com o parágrafo único do artigo 165, da Constituição, que estabelece:

“Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na previdência social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total.”

Sr. Presidente, é preciso pensar nas diferenças da sorte. Quase todos os militares que participaram da última guerra foram aposentados ou reformados em postos superiores. Os funcionários públicos da administração direta ou indireta são, em face do texto constitucional, aposentados com proventos integrais, e aos 25 anos.

Ninguém desconhece o que seja proventos integrais dos funcionários públicos. São todos os vencimentos, tudo quanto ele recebe do Tesouro Nacional. E, além da estabilidade com qualquer tempo de serviço, os

funcionários públicos teriam aproveitamento no serviço público sem a formalidade do concurso (art. 97, § 1.º). Quer dizer, os que recebiam diretamente dos cofres públicos têm todas essas vantagens; aqueles que não sendo nem militares, nem funcionários públicos, compareceram às operações de guerra e são contribuintes da Previdência Social, estes são prejudicados pela interpretação dada ao artigo 197, da Constituição da República, que é claro.

Diz o seguinte:

“Art. 197 — Ao civil, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, que tenha participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, da Marinha, da Força Aérea Brasileira, da Marinha Mercante ou de Força do Exército, são assegurados os seguintes direitos:

- a)
- b)
- c) aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se funcionário público da administração direta ou indireta ou contribuinte da Previdência Social; e
- d)

Portanto, Sr. Presidente, não há duas interpretações. Desde que o contribuinte da Previdência Social tem 25 anos de contribuições, tem direito a aposentadoria com proventos integrais. É o texto da Constituição.

Que visava a Emenda n.º 1, apresentada pela Minoria? Visava exatamente, Sr. Presidente, que esta aposentadoria não fosse diminuída para esses contribuintes; a restrição do parágrafo único, do Art. 165, não pode se estender aos contribuintes da Previdência Social que tenham prestado serviço na última guerra. E não pode se estender, Sr. Presidente, porque as exceções têm que ser expressas, e essa exceção não é expressa na Constituição; ao contrário, o que se afirma é exatamente a exceção — que aos 25 anos os proventos da aposentadoria do “pracinha” são integrais.

O projeto governamental limitou o valor desses proventos integrais a 10 salários-mínimos, o que é flagrantemente inconstitucional porque, se a Constituição fala em proventos integrais, estes proventos podem ser superiores a 10 salários-mínimos. A lei que restringe a 10 salários-mínimos é uma lei inconstitucional. Foi para evitar esta flagrante inconstitucionalidade que se apresentou a Emenda n.º 1.

Não sei em que milagres de interpretação encontrou o eminente Relator motivos para achar que aí havia uma inconstitucionalidade, quando o inconstitucional é a manutenção do texto atual do projeto. S. Ex.^a foi, en-

tão, subordinar este preceito expresso da Constituição, vencimentos integrais, àquele outro do parágrafo único do Art. 165, que não diz respeito ao ex-pracinha, mas em geral a todos os que contribuem para a previdência social.

Foi uma maquinação da inteligência e do brilho do nobre Relator, Senador José Lindoso. Mas S. Ex.^a foi além. Diz que as Emendas n.ºs 2 e 3 se contagiam da inconstitucionalidade da Emenda n.º 1. Com o maior aprêço a S. Ex.^a, eu diria que agora descobrimos um novo método de inconstitucionalidade: opor contágio. Evidentemente que não figura, em nenhum livro de hermenêutica a interpretação da inconstitucionalidade por vício de contágio. Amanhã, S. Ex.^a, perito em ações de família, há de querer, com certeza, incluir no texto...

O Sr. José Lindoso — É o poder de criatividade que o Direito permite.

O SR. NELSON CARNEIRO — ... Ainda bem que S. Ex.^a admite o poder de criatividade, mas não o criar uma inconstitucionalidade por contágio. Amanhã, S. Ex.^a criará uma por transmissão ou pelo perigo de contaminação com as demais classes.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a me permite?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não.

O Sr. José Lindoso — É um problema de fidelidade ao texto. No texto do parecer não há a palavra “contágio”; há “por repercussão”. Uma vez que o artigo se articulava com os outros, o fato da inconstitucionalidade atingir, houve uma repercussão e, em consequência disso, os outros artigos foram, na sistemática das emendas, prejudicados.

O SR. NELSON CARNEIRO — V. Ex.^a diz que há contágio da inconstitucionalidade da Emenda n.º 1. Mas, Sr. Presidente, inconstitucionalidade não há, eis que a lei viria apenas definir o que seja provento integral.

É um direito do ex-combatente, não um preceito a ser observado. O projeto assegura o cálculo sobre os proventos integrais aos que já se encontram aposentados. No máximo poder-se-ia discutir o mérito da emenda, mas isto escapa à Comissão de Constituição e Justiça.

O nobre Senador José Lindoso quis evitar o pronunciamento das outras Comissões e estendeu essa inconstitucionalidade por contágio, Sr. Presidente, até à Emenda n.º 4, embora S. Ex.^a reconheça que esta é, apenas, no seu entender, inconveniente.

Diz S. Ex.^a, quanto à Emenda n.º 4:

“A Emenda n.º 4 perturba a sistemática dos cálculos pela adoção dos princípios da retroatividade e é inconveniente.”

Ora, Sr. Presidente, a inconveniência não impede que as outras comissões se pronunciem, nem que o Plenário vote a emenda oferecida. S. Ex.^a não teve nenhuma palavra para acusar de inconstitucional essa emenda, nem poderia ter. Apenas declarou que ela era inconveniente e, sendo inconveniente, como está no texto do parecer, data venia da opinião de S. Ex.^a, esta emenda tem que ser votada, ao menos pelo Plenário do Senado, depois de ouvidas as comissões de mérito.

Eu tive o cuidado de fornecer aos relatores das diversas comissões os elementos necessários para que julgassem. Aqui está, por exemplo, um caso concreto: o Sr. Hélio Carlos de Araújo requereu os benefícios da lei. E para que ele pudesse pedir esse benefício ao INPS, teria que juntar uma certidão do Ministério do Exército declarando que ele estivera, realmente, em serviço ativo, participara efetivamente de operações de guerra.

Em 14-9-67, pelo protocolo n.º 17.529 este ex-combatente requereu ao Ministério do Exército essa certidão, sem a qual ele não se poderia habilitar aos benefícios da lei anterior perante a Previdência Social. Dêsse requerimento, Sr. Presidente, ofereci a fotocópia a todos os relatores. Essa fotocópia só foi conseguida no dia 2 de abril de 1971. Aqui está a certidão, assinada, "Certifico, de acordo com a Portaria n.º 19 de 18 de janeiro de 1968, que em dados fornecidos pelo 1.º Regimento de Cavalaria..." e confirma, então, a presença desse combatente participando efetivamente de operações bélicas. Que fez então este ex-combatente? Requereu ao INPS o pagamento das prestações, na forma da lei. E o INPS deferiu, mas mandando que começasse a contar da data da entrada do requerimento naquela repartição. Aqui está o comunicado do INPS, que é o Comunicado n.º 3.548, assinado pelo Sr. Waldyr G. de Figueiredo, e endereçado ao Sr. Hélio Carlos de Araújo, rua Sá Ferreira n.º 44, apartamento 1012.

Então, o prejuízo sofrido no seu direito por esse servidor não resultou da sua incúria, do seu desinteresse, mas, da demora da repartição, da única repartição que lhe poderia dar o atestado, que era o Ministério do Exército, à qual ele requereu em 1967 e da qual só obteve a certidão em abril de 1971.

Ora, Sr. Presidente, não é só este caso. Eu aqui tenho outro semelhante, cuja cópia também ofereci ao exame dos ilustres relatores e cuja íntegra vai figurar no meu discurso, como também todos esses documentos, para a comprovação do que alego. É o caso do Sr. Luciano de Vaz Figueiras, que também só obteve a sua certidão, indispensável para requerer os benefícios da lei, em 16 de abril de 1971.

Porque o Ministério se retardou em dar essa certidão, o prejudicado é o pracinha? Mas, então, Sr. Presidente, em nome de que direito esse homem fora lutar na Itália, se o direito está entregue à demora — justificada ou injustificada, pouco importa — mas à demora que não depende dele?

Que faz a Emenda n.º 4? Pede, apenas, que lhe seja dado contar esse período de 36 meses, não da data em que ele pôde ingressar no INPS, mas daquela data em que ele requereu ao Ministério do Exército o documento de que necessitava para instruir o seu pedido ao INPS.

Ai estão, Sr. Presidente, os motivos que levaram a Liderança da Minoria a oferecer essas emendas, lembrando que também o Governo se preocupou com esses que lutaram na Itália, através daqueles que compunham a Junta Militar que governou este País, no impedimento do Presidente Costa e Silva.

A Junta Militar ampliou os benefícios que constavam da Constituição de 1967. Agora, vem a lei, e restringe esses direitos.

Sr. Presidente, não pedimos senão o cumprimento da Constituição, e o cumprimento da Constituição não pode ser inconstitucional. A Constituição é expressa: a remuneração, os proventos são integrais. Portanto, não podem ser nem 8, nem 10, nem 15 salários-mínimos. O legislador não pode ser arbitrário, não pode fixar o número de salários-mínimos que constituem os proventos integrais.

Sr. Presidente, não é preciso ser hermenêutica para verificar que as emendas não contrariam o texto constitucional. Ao contrário, data venia, o que contraria o texto constitucional é a interpretação dada, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, pelo nobre Senador José Lindoso.

Sr. Presidente, não podendo comparecer aos debates que aqui, certamente se travarão, quando da votação, hoje, dessas emendas, quero deixar consignada a esperança de que V. Ex.^a reverá sua própria decisão de ontem, pelo menos em relação à Emenda n.º 4, que o nobre Senador José Lindoso achou inconveniente, e não inconstitucional, porque não foi contaminada, não é inconstitucional por contágio. Sem dúvida Vossa Excelência, Senhor Presidente, terá o cuidado de ouvir, sobre esta Emenda n.º 4, as demais Comissões afim de obter o pronunciamento do Plenário. E estou convencido de que este Plenário que, há poucos dias, se engalanou para festejar os pracinhas, este Plenário não esquecerá aqueles outros que também lutaram e também arriscaram sua vida para que, num País sem direitos, se instituisse, mais cedo ou mais tarde, um Estado de direito. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR NELSON CARNEIRO, EM SEU DISCURSO.

S Ge Ex

Protocolo

Em 14-9-1967

ENTRADA DE REQUERIMENTO
2.^{as}, 4.^{as} e 6.^{as}-feiras, das 12 às 14,30 horas

Nome: Hélio Carlos de Araújo

Protocolo n.º 17.529/67.

Assunto: (ilegível)

Andamento: 31-3-71 D/1-S/5 — a) 3498/71

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Superintendência Regional
No Estado da Guanabara

Ilmo. Sr.

Hélio Carlos de Araújo

Rua Sá Ferreira, 44 apt. 1.012

Copacabana — ZC-07

IBE-SAB

N.º 3.548

REF.: PROT. RCSEP — 02/71

Comunico-lhe que foi autorizado a contribuir sobre o salário efetivamente percebido a partir de 6 de maio de 1971, conforme leis números 4.297/63 e 5.315/67.

O pagamento das contribuições referentes aos meses já vencidos poderá ser feito parceladamente, estando isento de juros de mora e correção monetária desde que iniciados até o último dia do mês seguinte ao da autorização. — Waldyr G. de Figueiredo, Chefe de Seção.

Resposta que foi dada ao requerimento (INPS):

INPS

Sr. Waldyr Figueiredo: Rua Uruguayna 87, 5.º andar das 10 às 16 (SAD).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Secretaria-Geral do Exército

Certidão

Em cumprimento ao despacho do Secretário-Geral do Exército, exarado no requerimento do reservista Hélio Carlos de Araújo, filho de Carlos Gonçalves de Araújo e de Risoleta Vale de Araújo, solicitando seja certificado para fim da Lei número cinco mil trezentos e quinze, de doze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, o seu tempo de serviço militar prestado ao Exército; CERTIFICO de

acôrdo com a Portaria dezenove GB, de dezoito de janeiro de mil novecentos e sessenta e oito que, em dados fornecidos pelo Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas e Oitavo Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, arquivados nesta Secretaria, consta que o interessado foi incluído, como reservista, convocado em três de março de mil novecentos e quarenta e três, no Primeiro Regimento de Cavalaria Divisionário, tendo sido excluído, por licenciamento em oito de junho de mil novecentos e quarenta e cinco, do Oitavo Grupo Móvel de Artilharia de Costa. Durante o último conflito mundial deslocou-se de sua sede, por ordem de escalão superior, para cumprimento de missão de vigilância e segurança do litoral, com o Oitavo Grupo Móvel de Artilharia de Costa da Gávea para a Barra da Tijuca ao Pontal de FERNAMBETIBA, litoral do Distrito Federal, no período de vinte e três de dezembro de mil novecentos e quarenta e três a oito de maio de mil novecentos e quarenta e cinco, conforme Ofício número duzentos e quarenta e sete traço E Um ponto Dois BR, de três de setembro de mil novecentos e setenta, do Chefe do Estado Maior do Exército, participando efetivamente de operações bélicas. Não conta tempo dobrado. O total de tempo de serviço desta certidão é de DOIS ANOS, TRÊS MESES E SEIS DIAS. E nada mais constando relativo ao requerido, eu, Agostinho Brito de Alvarenga, Tenente-Coronel da Arma de Infantaria, Chefe da Primeira Divisão da Secretaria-Geral do Exército, mandei passar a presente certidão que vai por mim datada, assinada e autenticada com o Selo Nacional. Rio, GB, 2 de abril de 1971.

Prot. n.º 3.498/71 e 17.529/67. — Agostinho Brito de Alvarenga, Tenente-Coronel.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

I EXÉRCITO

QUARTEL GENERAL DA
1.ª REGIAO MILITAR

Certidão

Em cumprimento ao despacho do Excelentíssimo Senhor General Comandante da Primeira Região Militar, exarado no requerimento do reservista LUCIANO DE VAZ FIGUEIRA, filho de Edgard Figueira e Carolina de Vaz Figueira, solicitando seja certificado, para fins da Lei número cinco mil trezentos e quinze, de doze de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, o seu tempo de serviço militar prestado ao Exército; CERTIFICO, de acôrdo com a Portaria número dezenove traço G ponto B ponto de dezoito de janeiro de mil novecentos e sessenta e oito, que em dados fornecidos pelo Oitavo Grupo de Artilharia

de Costa Motorizado e pela Escola de Material Bélico, arquivados neste Quartel General, consta que o requerente foi incluído em seis de abril de mil novecentos e quarenta e três, como convocado, tendo sido excluído em nove de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro, por licenciamento. Durante a Segunda Guerra Mundial, por ordem do escalão superior, cumpriu missões de vigilância e segurança do litoral com o Oitavo Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, no período de cinco de junho de mil novecentos e quarenta e três a nove de outubro de mil novecentos e quarenta e quatro, conforme consta em seus assentamentos, tendo participado efetivamente de operações bélicas. O TOTAL DE TEMPO DE SERVIÇO É DE: UM ANO, SEIS MESES E QUATRO DIAS. E, nada mais constando relativo ao solicitado, eu, MILTON CAMPOS, Coronel da Arma de Cavalaria, Ajudante Geral da Primeira Região Militar, mandei passar a presente Certidão que vai por mim datada, assinada e autenticada com o Selo Nacional. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 16 de abril de 1971. — Milton Campos, Coronel Ajudante Geral da 1.ª Região Militar.

INSTITUTO NACIONAL
DE PREVIDENCIA SOCIAL

SUPERINTENDENCIA REGIONAL
NO ESTADO DA GUANABARA

Ilmo. Sr.

Luciano de Vaz Figueira

Rua General Ribeiro da Costa,
32/701

LEME — ZC-07

IBE — SAD

N.º 3.550

REF.: PROT. RCSEP — 03/71

Comunico-lhe que foi autorizado a contribuir sobre o salário efetivamente percebido a partir de 6 de maio de 1971, conforme leis n.ºs 4.297/63 e 5.315/67.

O pagamento das contribuições referentes aos meses já vencidos, poderá ser feito parceladamente, estando isento de juros de mora e correção monetária desde que iniciados até o último dia do mês seguinte ao da autorização. — Waldyr G. de Figueiredo, Chefe da Seção MAT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sei qual a palavra que possa definir o meu estado d'alma neste instante: se mágoa, se nojo, se repulsa, se tristeza, pelo que acabo de tomar conhecimento,

prova da baixezinha humana, da indignidade, da profanação de cadáver.

Não sei, Sr. Presidente, como classificar a hediondez de um crime que acaba de ser praticado numa cidade tida como Capital da civilização, Roma, onde, em um estabelecimento oficial, um brasileiro, revestido de imunidades diplomáticas, após a morte foi saqueado em tudo, inclusive na sua roupa.

Sr. Presidente, o que aconteceu com o Embaixador Décio Moura não deve pertencer apenas aos anais da polícia criminal, não deve constar somente de um registro no obituário normal de uma repartição burocrática, mas tem que encontrar, como encontra agora, pela minha voz, ressonância, traduzindo a repulsa, do povo brasileiro, pelo que ali se verificou. Se falo assim, Sr. Presidente, é prestando uma homenagem à memória daquele grande diplomata, de quem fui amigo, e poderia dizer mesmo confidente. Repetidamente, nesta Casa, tenho tratado de assuntos relativos à política exterior. Tenho alguns afeiçoados dentro do Itamarati, como, também alguns que ainda não compreenderam a luta que venho travando, há longo tempo, no sentido de obter uma reforma, não para os funcionários, e, sim, para a diplomacia brasileira.

Décio Moura era um dos nossos Embaixadores que, com rara capacidade de diálogo, compreendia minhas intervenções. Quando de sua indicação para o último posto, obteve do Senado consagradora votação. Na ocasião tive oportunidade de dizer a S. Ex.ª, apontando o exemplo da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, que, quando um oficial-general é preterido, solicita reforma. E eu dizia mais a Décio Moura: depois de ele ter sido Embaixador no Egito, no Japão, na Argentina, grandes postos da diplomacia brasileira, depois de ter sido Secretário-Geral do Itamarati e Ministro interino das Relações Exteriores, jamais deveria aceitar um posto, para mim relevante, mas não da categoria dos que Décio Moura ocupara anteriormente.

Recordo-me das suas observações úteis — muito úteis para mim. Dizia-me que um embaixador sem posto, no Itamarati, é qualquer coisa de terrível. Nem o servente respeita. Depois de ter os galões de marechal e de general da diplomacia, passar às divisas, Sr. Presidente, representa um ponto negativo na carreira. Tal, porém, o seu amor, o seu desejo de servir ao Brasil — e aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ele me venceu —, quando obtemperou que se serve à carreira num posto menor, desde que, com grandeza de espírito, se pense no Brasil e no seu povo.

Situação semelhante é a do Embaixador Mendes Viana que, depois de ter sido nosso Embaixador em Paris e

em Santiago, foi servir na Indonésia e no Haiti.

Não compreendo essa situação e nem aceito tal fato. Contudo, Décio Moura teve ocasião de me explicar que, para um Diplomata, o posto não é o que importa, e, sim, o cumprimento do dever.

Sou amigo dos componentes do seu círculo de relações de Décio Moura na Capital do meu Estado. Não posso sopitar a minha revolta pelo que fizeram com esse brasileiro em Roma. Imaginem V. Ex.^{as}, nobres Senadores, se um diplomata italiano fôsse ultrajado — como o foi Décio — na Guanabara ou em Brasília! Especialmente agora, com a onda de difamação que existe contra o Brasil no exterior! Como os jornais dessa Roma vermelha e comunista — pois o Partido Comunista Italiano é a maior agremiação política esquerdista do Ocidente, depois de Moscou — como os jornais estariam tratando do caso! O que não estariam dizendo, a essa altura, os inimigos do Brasil, os escribas alugados da Itália!

Sr. Presidente, tal fato não pode ficar, de maneira nenhuma, despercebido; não pode ficar sem um registro de protesto de um Senador que tem autoridade moral para falar em matéria de Itamarati porque, quando o Itamarati merece crítica, eu, desta tribuna, me ergo para censurá-lo mas, quando tocam em qualquer assunto ligado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, levanto-me para solidarizar-me com a Casa de Rio Branco.

A informação que obtive, Sr. Presidente, é terrível. Quero pedir que o Ministro Mário Gibson Barboza se comunique com o nosso Embaixador em Roma, porque o acontecimento me lançou uma dúvida cruel no espírito e eu a transmito ao Senado. Não estou acreditando mais na morte natural de Décio Moura, porque, em Roma, também há assaltos à mão armada, também há marginais, também há bandidos, bandidos que, inclusive, entraram na morgue onde Décio ficou cerca de 3 dias sem que seus documentos aparecessem. E, se o Embaixador brasileiro não tivesse tido conhecimento da presença do nosso diplomata, talvez fôsse ele enterrado como indigente.

E, aqui, faço questão de ressaltar e elogiar mesmo a nossa representação em Roma.

Quero declarar, ainda, por que estou lançando esta suspeita: Décio não andava jamais, sem documentos; pelo contrário, não portava apenas os seus documentos da carreira mas sua carteira de motorista por exemplo. Os Srs. Senadores que viajaram pela Europa sabem que quem dirige é obrigado a ter uma carteira Internacional de Habilitação. Teria que ter, pelo menos, sua carteira de motorista, sua

carteira funcional e uma carteira que ele usava e prezava muito — a de advogado. E três dias se passaram sem que ele fôsse identificado. Foi justamente o nosso Embaixador que, sentindo falta, sabendo que Décio tinha que se apresentar à Embaixada, procurou ligação com a Polícia e com os hospitais e reconheceu aquele pranteado amigo no momento em que já ia ser enterrado como indigente.

Depois da profanação do cadáver de Décio Moura, peço ao Ministro Mário Gibson Barboza que averigue, porque esta não é uma notícia qualquer — o jornal *O Globo*, edição de hoje, publica e eu já havia sido informado do que ocorrera — eu pediria ao grande Ministro, ao nosso Chanceler averiguasse se não houve, com a morte de Décio, que apareceu completamente desnudo, sem uma lira, sem um dólar, um assalto à mão armada e se não tombou vítima da sanha desses marginais que existem, lá, como, desgraçadamente, aqui. Numa hora em que principalmente os jornais romanos vivem injuriando e a Rádio de Roma atacando o Brasil; na televisão, exibem, sucessivamente, filmes sobre o "esquadrão da morte" em nosso País, inventando torturas, procurando denegrir o Governo.

É o caso, agora, de também nós, os nossos patricios, justamente revoltados com o acontecido, não dar o trôco, usar o regime de Talião, mas mostrar que, na civilizada Roma, acontece, uma cena de selvageria como esta de que estou dando ciência ao Senado no dia de hoje, ao mesmo tempo em que solicito providências ao digno Chanceler para que o assunto seja devidamente esclarecido.

Sr. Presidente, aqui vai, na minha revolta, na minha repulsa, a sentida homenagem a alguém que soube cumprir com o seu dever. Foi ao Líbano numa hora em que ali se estabelecia um verdadeiro front. O Líbano, País intermediário de Israel e Egito, em plena conflagração na Ásia, foi e ainda é palco de cenas de terrorismo e de guerra. Lá, Sr. Presidente, nada houve com Décio Moura; saiu incólume; vai para uma cidade tida como "capital da civilização", e se registra o nefando acontecimento.

Curvo-me perante a sua memória e homenageio-lhe o caráter, a integridade, a isenção que teve sempre, em vários momentos da controvérsia, defendendo os interesses do Brasil. Isenção e exação no cumprimento do dever. Foi um dos homens que honraram, Sr. Presidente, a diplomacia brasileira.

Desço desta tribuna revoltado, indignado com o que aconteceu em Roma e reitero o pedido para que o Ministro Mário Gibson Barboza tome as necessárias providências para apurar o que de verdade aconteceu na cidade

que é a Capital da Itália. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Com a palavra o Sr. Senador José Lindoso.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a semana passada findou, assinalada por dois fatos de diferentes repercussões na História.

Nas águas do Pacífico, a Apollo 15 descia, ao fim de uma tarde qualquer, da viagem à Lua, onde David Scott, James Irwin e Alfred Worden, três heróis do infinito, durante 12 dias, exploraram montanhas e despenhadeiros selenitas e pervagaram intermúndios. O feito, conquanto extraordinário, integrou-se na rotina deste mundo que já se fatiga, com rapidez, até do fantástico.

O outro acontecimento, em proporção bem menor para a ótica universal, falou, no entanto, muito alto à sensibilidade de nosso País. Trata-se do encontro, no Rio Solimões, em cenário de água e floresta, do Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, com o Presidente da Colômbia, Misael Pastrana Borrero, ocorrido em Leticia, no dia 7 do corrente.

Os jornais destacaram que foi o primeiro encontro dos Chefes de Estado das vizinhas nações sul-americanas.

Homem da Amazônia, acompanhei com emoção e vivo interesse o roticiário sobre a histórica entrevista em águas e chão amazônicos, que de certo modo coroa uma série de iniciativas oportunas desencadeadas pelo Itamarati, numa ofensiva, pelo diálogo e pela amizade, de melhor relacionamento com os povos do hemisfério.

Depois dos entendimentos com o Peru, a Venezuela, o diálogo com as Repúblicas do Prata e com a América Central, o encontro da Colômbia, agora, adquiriu singular expressão.

Pretendemos, sem a agudeza de um *expert*, mas com a consciência de cidadão brasileiro, apreciar os discursos pronunciados pelos Presidentes Médici, do Brasil, e Borrero da Colômbia, para, do contexto, realçar mensagens e preocupações.

Os dois pronunciamentos foram inspirados por igual diretriz filosófica e proclamam, no labor da forma esculpida, idênticos propósitos políticos. Depreende-se no exame de ambos, também, ângulos importantes: um, o da perspectiva de interesse e de solidariedade política e econômica entre colombianos e brasileiros; e o outro, eminentemente amazônico, sob o impacto de nossa geografia comum, se forma pelas preocupações de uma

efetiva cooperação, de um somatório de esforços e experiências na exploração e ocupação da Planície Verde.

A Carta de Leticia, assim denominada pela Imprensa a Nota firmada pelos dois Presidentes, que ratifica os pontos firmados na declaração de junho, assinada, em Brasília, pelos Chanceleres Gibson Barbosa e Vasques Carrizosa, oferece, em síntese, um programa ambicioso, e digo mesmo, objetivo, de cooperação.

O histórico documento está assim redigido:

"O Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici e o Presidente da República da Colômbia, Doutor Misael Pastrana Borrero, reuniram-se no dia 7 de agosto de 1971 na cidade de Leticia, na zona fronteira brasileiro-colombiana.

Conscientes de que o cenário desse encontro, em pleno coração da Amazônia e do Continente, é altamente simbólico do desejo comum de superar os obstáculos da natureza e estreitar os laços que unem os seus governos e os seus povos; convictos de que a cooperação entre o Brasil e a Colômbia, alicerçada na identidade de valores e objetivos e numa tradicional e fraterna amizade, é de grande importância para que ambos os países alcancem seus objetivos nacionais; persuadidos de que, nesse contexto, as matérias relativas à Amazônia são particularmente relevantes, tanto pelo potencial que encerra essa região para o desenvolvimento econômico dos dois países, quanto pelo papel que deverá desempenhar como ponto de enlace e via de intercâmbio entre as várias nações participantes desse quadro fisiográfico, declaram: I) ratificar os termos da declaração conjunta assinada em 8 de junho de 1971 pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia; II) reiterar com especial ênfase os conceitos e propósitos expressos naquela declaração quanto à igualdade jurídica dos Estados, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção nos assuntos internos de cada Estado e à solução pacífica das controvérsias; ao fortalecimento das Nações Unidas como organismo competente em todas as questões que afetem à paz e à Segurança Internacional; ao aperfeiçoamento da Organização dos Estados Americanos; à defesa de condições equânimes para a comercialização dos produtos dos países em desenvolvimento; à aceleração do processo de integração econômica latino-americana; à condenação de todas as modali-

dades de violência contra os direitos fundamentais da pessoa humana; III) renovar o empenho de mútua colaboração no plano bilateral, especialmente em matéria de: intercâmbio entre entidades dedicadas à pesquisa e ao desenvolvimento amazônicos; complementação fronteiriça; estudo e desenvolvimento de vias de transporte interiores; estabelecimento de empresas de capitais mistos na Amazônia; cooperação sanitária e fomento ao turismo nessa região; preservação da flora e da fauna amazônicas; incremento e diversificação do intercâmbio comercial; complementação industrial; aperfeiçoamento do transporte marítimo; cooperação técnica; intercâmbio cultural, científico e tecnológico; IV) persistir no propósito de que o Brasil e a Colômbia cooperem de maneira cada vez mais estreita no fortalecimento do Convênio Internacional do Café, cuja plena e uniforme execução por todos os países signatários é sumamente importante tanto para o ordenamento do comércio internacional daquele produto, quanto para o desenvolvimento econômico e social de grande número de países produtores. A esse respeito encarecem a necessidade de que os países-membros do convênio: adaptem a sua legislação interna aos prazos de vigência desse ato multilateral e se abstenham de vincular o cumprimento de suas obrigações dentro do convênio a problemas a ele estranhos; concorram para que o Conselho Internacional do Café estabeleça uma firme e equânime política de preços; cumpram integral e solidariamente os dispositivos do convênio relativos a metas de produção, estoques e diversificação; V) partilhar da mesma confiança no progresso e na realização das aspirações dos seus povos e da comunidade americana, através de fórmulas de paz, boa convivência e solidariedade como as que presidem as relações entre o Brasil e a Colômbia."

Do encontro de Leticia tiramos ilações sobre nossa vigente política exterior, que está sendo construída com objetividade a se contrapor à emotividade, com laivos de demagogia, dentro dos princípios da solidariedade americana que se há de harmonizar com os interesses e objetivos nacionais na linha de nossa soberania.

No plano extra-amazônico, o pensamento predominante, nos discursos presidenciais e na Carta de Leticia, foi o de defesa da América Latina, o de cooperação recíproca entre os povos, o de aperfeiçoamento da Organização dos Estados Americanos, o do

reconhecimento das Nações Unidas como órgão supranacional a que estão afetos a Paz e a Segurança Internacional.

O Brasil proclama, firmemente, pela voz autorizada de seu Presidente, o princípio da autodeterminação dos povos e, erigindo a cooperação em instrumento da tessitura da solidariedade americana, declara:

"Longe de nós está, portanto, a ideia de conquistar, pelo empenho que colocamos em promover o desenvolvimento nacional, qualquer tipo de hegemonia política. Rejeitando, como temos feito, ao situar nossa posição no plano do Direito das Gentes, a divisão do mundo em esferas de influências, não poderíamos, sem infidelidade a esse postulado, pretender qualquer espécie de primado sobre qualquer outra nação. Nossa atuação internacional se desdobra, destarte, dentro desse princípio, em clima da mais fraterna solidariedade para com as demais nações, especialmente com as que compõem a comunidade americana".

O Presidente Pastrana, escudado no pensamento de Simón Bolívar, insiste na união da América, da América Latina:

... "E ao invocar a união como única possibilidade de salvar esse isolamento, acrescentava que esta não nos virá por milagre divino, mas sim por realizações concretas e esforços bem dirigidos. Em torno de uma cabal compreensão do pluralismo político dos povos, que é a realidade mais evidente de nossa época, temos que nos unir em nossa América".

E dando conotação veemente prossegue:

"Mostrou-se, ainda, que a cooperação internacional que por um momento pensamos se transformaria generosamente diante das reivindicações tremendas das massas pobres, naufraga muitas vezes diante do obstáculo dos interesses e egoísmo dos grupos de influências nas grandes potências. A ajuda econômica e a justiça no tratamento do comércio internacional não devem ser mantidas no pélagio confuso das boas intenções. Não lograremos uma posição internacional que coloque num plano de igualdade as relações de outros blocos ou países com a América Latina, enquanto nossos países continuarem divididos e debatendo-se em seus preconceitos nacionais".

Os problemas de soluções mais difíceis na aritmética político-econômica dos dois países se projetam na lousa das relações com os Estados Unidos, como é evidente.

São eles:

- "a) os Acórdos do Café
- b) as Relações de Comércio
- c) o reconhecimento do mar territorial brasileiro de 200 milhas."

O café é importantíssimo produto para a Colômbia e não é menos importante para o Brasil, embora o nosso notável esforço de diversificação na pauta de exportação.

É exatamente no concernente ao café que o Presidente Pastrana Borrero fez a mais gritante denúncia:

"A realidade que contemplamos atualmente é a de que, em que pese a vontade dos países produtores de buscar uma estabilização dos preços, que ao mesmo tempo favoreça os objetivos de seu desenvolvimento e não afete o consumidor dos países ricos, continuamos submetidos, por razões diversas, à incerteza de um mercado, que hoje se cotiza a um preço inferior ao de 15 anos atrás. É a triste "Lei de Bronze" dos países de menor crescimento. Colômbia e Brasil devem manter uma política comum para defender, nos organismos internacionais e ante os países consumidores, o direito mínimo a termos equitativos de intercâmbio".

A Cláusula IV da Declaração de Leticia torna explícita a orientação e os objetivos dos dois países a respeito do café.

Por outro lado, o Presidente Médici, coloca com tranqüila firmeza o problema do mar territorial:

"Nessa filosofia de afirmação do interesse nacional, dentro da ordem jurídica, se enquadra a recente decisão de estender o mar territorial brasileiro até a largura de 200 milhas. Ao assim proceder, não só exercitamos faculdade que deriva da nossa soberania, mas, cumprimos, ainda, o dever de preservar para os brasileiros a utilização nacional das riquezas que se encontram nessa faixa marítima, nela incluídos o seu solo e subsolo".

A questão do comércio e a fixação do nosso mar territorial são os dois temas de maior delicadeza no relacionamento entre o Brasil, Colômbia e Estados Unidos, como já frisamos.

O Departamento de Estado Americano tem seguramente informações da sensibilidade desses países sobre aquelas questões e, de resto, o Relatório Nelson Rockefeller ofereceu ao Presidente Nixon, no colorido do contacto direto, todas as aspirações e nuances dos povos da América Latina. Os estudos do Secretário de Estado William Rogers, em recente Relatório sobre a política americana, segundo nos revelam os especialistas, se firma em pos-

tulados de respeito a modelos e opções políticas dos povos da América Latina e não deve ignorar os objetivos nacionais de cada um. Ele tenta alcançar uma associação mais amadurecida e conduzir os negócios com realismo por vezes desnorteante.

No contexto da política americana isso não seria medida isolada. Estaria na esteria da surpreendente atitude de Nixon em relação à China, ou o anunciado degelo com Cuba.

Mas, o que é substancial é que o Governo Americano não fique mergulhado "no pélagos confuso das boas intenções", como disse o Presidente Borrero.

As relações de comércio estão pontilhadas de crescentes dificuldades. As duras palavras do Presidente da Colômbia são indiscutivelmente comprovadas pelos estudiosos. E nesse sentido, para dar nitidez e assinalar a sua complexidade, relembro o notável discurso pronunciado no Senado da República, a 15 de maio do corrente ano, pelo Senador Carvalho Pinto, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, sobre Política de Comércio Exterior. E desse discurso o trecho que passo a ler:

"Focalizando com lucidez o problema, o Ministro Ronaldo Costa, representante do Brasil na Assembleia-Geral da OEA, realizada no mês passado em Costa Rica, teve oportunidade de apresentar observações e dados a cuja reprodução parcial não me furto neste instante. Não os reproduzo integralmente dada a exiguidade do tempo, mas me permito, pelo menos, lembrar as observações finais:

"Dentre as várias fontes e dados estatísticos demonstrativos dessa situação, certamente dos mais contundentes são os que se referem à participação relativa de nossos países no comércio internacional, que se vem reduzindo a cada década que passa. Com efeito, exportações mundiais de mercadorias, como um todo, aumentaram de 110%, entre 1950 e 1960, sendo que as da Ásia, altamente influenciadas pela performance japonesa e de Hong Kong, aumentaram em 150%, as da Europa, em 125%, as da África, em 85%, e as da América Setentrional, em 80%. Enquanto isso, as da América Latina cresceram apenas em 40%. Na década seguinte (de 1960 a 1970), não foi maior o dinamismo de crescimento das exportações da região. Enquanto as exportações mundiais de mercadorias aumentavam em 83% as da América Latina não cresciam mais de 39%, o que significa uma baixíssima taxa de crescimento da ordem de 3% ao ano."

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINDOSO — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — Vai permitir V. Ex.^a que eu volte um pouco, no belo discurso que o eminente colega pronuncia no dia de hoje, aquele ponto em que situou a presença do Chefe do Governo, o honrado Presidente Emílio Garastazu Médici, na Cidade de Leticia. Foi uma presença, no meu modo de entender, espetacular, linda, correta, patriótica. Quem diria, a não ser um estadista mesmo de verdade, que alguém pudesse, chefiando a maior Nação da América Latina, ir ao extremo da Amazônia, a uma pequenina cidade estrangeira, nossa vizinha, com menos de 10 mil habitantes e onde cerca de 70% dessa população é constituída de patricios nossos que não encontram, na área fronteiriça, elementos para o desenvolvimento. Felizmente, alguns cursam as escolas colombianas. E embora esses nossos patricios tenham uma imagem distorcida da pátria, porque lá chegam as ondas das estações transmissoras de Cuba, da Colômbia, da Venezuela, mas não chegam as do Brasil, essa presença é para mim de tal significação, de tal alento que, quero crer, esses brasileiros se vão reencontrando consigo mesmos nesse momento notável da vida brasileira em que se faz, de fato, a integração nacional. Quero ainda, se V. Ex.^a permite, nesta oportunidade formular elogio ao Exército Brasileiro pelo que vem realizando, pois é ele que tem dado a saúde, através dos seus hospitais, com as vacinações da população que regularmente realiza; tem dado o ensino, a orientação, é quem mostra a Bandeira brasileira e até quem alimenta. V. Ex.^a, amazonense, conhece esses fatos muito melhor do que eu. Eu vivo mergulhado em livros e revistas e, recentemente, tive por escopo ir, com minha família, a Manaus, a fim de dar uma lição de brasilidade aos meus filhos. Disse uma vez e agora repito: sinto-me um pouco, também, Senador da Amazônia, que é uma das regiões que mais necessitam de nosso apoio.

O SR. JOSÉ LINDOSO — A honra é do Amazonas.

O Sr. Vasconcelos Torres — Agradeço muito ouvir de V. Ex.^a, com a cortesia que lhe é peculiar, que a honra é do Amazonas. Mas, é dever de todos nós sermos representantes do Amazonas, ou melhor, da Amazônia. V. Ex.^a tem-se revelado, aqui, um estudioso. Sempre que faz um discurso o elabora, trabalha e pesquisa, e, por isso, senti-me assim, um pouco acahnado de apartear V. Ex.^a, para não interrompê-lo. Todavia, não era possível que o seu trabalho tivesse um tom conferencial. Uma voz tinha V. Ex.^a que ouvir, daqui, deste canto do plenário, do Sul, para abraçá-lo, e di-

zer do Presidente Médici que S. Ex.^a, foi fabuloso, extraordinário e que, na história do Brasil, este fato ficará indelévelmente marcado. Ele não é apenas o brasileiro da Capital, o brasileiro da área urbana; é o brasileiro Chefe, o estadista imenso, que vai ao sertanejo apertar-lhe a mão, como foi ao Nordeste, e vai ao extremo do Brasil levar seu entusiasmo àqueles que, possivelmente, pela vez primeira, viram um Presidente da República. Solidarizo-me com V. Ex.^a e quero felicitá-lo pelo seu discurso. Realmente, este fato não poderia, aqui, passar sem registro. V. Ex.^a agiu certíssimo, relatando o episódio memorável dessa visita à Amazônia.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, com o qual concordo, e o subscrevo, e que é, efetivamente, produto do calor, da amizade e da generosidade de V. Ex.^a

Prossigo, Sr. Presidente, ainda louvando-me nos estudos do Senador Carvalho Pinto, relativamente à situação do comércio exterior e às relações do comércio internacional com a América Latina. E, mais adiante, ao comentar as perdas decorrentes da deterioração dos termos do intercâmbio entre produtos primários e industrializados:

"Essas perdas, que hoje tendem a ser atenuadas por aqueles a quem não interessa apregoar a transferência de recursos reais de países em desenvolvimento para nações industrializadas, são impressionantes. No caso do Brasil, por exemplo, tomando o período 1955/1959 como base, isto é, igual a 100, a sua relação de intercâmbio no período 1965/1969 foi de 79, isto é, uma perda de mais de 20% no valor real das exportações; ou, em outras palavras, precisamos exportar 20% a mais, para que possamos comprar a mesma quantidade de bens".

Ora, a evidência desses dados é de molde a não nos permitir fraquezas, ações isoladas ou contemporização de qualquer natureza. Num instante em que as forças poderosas, tanto do capital como do trabalho, pressionando os comandos políticos de nações industrializadas, procuram obstar as nossas vias de acesso ao mercado internacional, é mister que, em contraposição, numa maciça unidade de pensamento e de ação, se afirme a formal inconformidade de um País que tem consciência de suas potencialidades e que não renuncia aos seus propósitos de caminhar para uma posição de vanguarda no mundo.

Não se trata de preocupação acadêmica ou teórica. Estão em jogo não só os superiores e globais clamores do desenvolvimento nacio-

nal, mas, a seu lado, as próprias condições vitais de quase uma centena de milhões de criaturas humanas, em sua maior parte carentes de trabalho e de melhores condições de vida, e que, para salvaguarda de seus mais legítimos interesses, não pode prescindir do grande instrumento propulsor de progresso, que é o comércio internacional."

Eis o quadro doloroso, focalizado por um dos eminentes homens da República, e que não pode ser escondido. Ele marca a distância muitas vezes superior a 200 milhas, entre os propósitos ditados pelas pregações de MacNamara, ou mesmo pelas assertivas do Secretário de Estado William Rogers, de que: "O objetivo norte-americano é estreitar a sua associação com a América Latina. É apoiar plenamente a igualdade na soberania. Não queremos exercer a hegemonia. Não queremos um continente encerrado em si mesmo" — e a fria realidade dos números.

No caso das 200 milhas de mar territorial, são notórias as resistências do Governo dos Estados Unidos em reconhecer esse ato de nossa soberania. Sem emotividade, com maturidade, vem o Governo Brasileiro tratando do problema, contornando dificuldades, tentando conciliar os objetivos nacionais com os compromissos de formação histórica, cultural e política com os nossos grandes vizinhos do Norte.

No entanto, grupos econômicos, estimulados pela atitude de resistência do Governo Americano, estão tentando a desrespeitar a nossa lei. O *O Estado de São Paulo*, um dos jornais de maior expressão da imprensa americana, na sua edição de 7 do corrente, oferece longa reportagem com relação ao problema das violações do mar territorial brasileiro. Diz o noticiário que "das 153 invasões registradas no período de 13 a 31 de julho, apenas 3 não foram de barcos norte-americanos". Registra o referido jornal que muitos são reincidentes e há os que não atendem à advertência das autoridades da Marinha Brasileira.

Não estamos vedando a pesca, porque esta pode ser operada através de Acórdos, mas queremos que se reconheça o nosso direito sobre o mar, não só para pescar, mas igualmente explorar o seu solo e subsolo, dentro do processo do desenvolvimento nacional.

Mas, a atitude dos Estados Unidos, condescendendo com grupos econômicos que exploram a pesca, está afetando seriamente o clima de boa vontade entre brasileiros e americanos e isso pode-se projetar nas relações dos nossos governos. É preciso que se aperceba que o Governo do Presidente Médici está maciçamente apoiado pela opinião pública brasileira e para a Nação o problema do mar territorial é

irreversível. A nossa atitude de equilíbrio no trato desse problema, sopesando interesses recíprocos, não é de tergiversação. O Brasil sabe o que quer e sabe que caminhos deve trilhar.

As relações dos latino-americanos com os Estados Unidos só se fortalecerão se eles perceberem que a América do Sul quer ser sócia dos empreendimentos relativos ao seu desenvolvimento e que as relações de comércio não de ser colocadas em níveis corretos e razoáveis. Deve-se, portanto, pôr na prática o que é dito nos discursos e nas reuniões solenes dos Chanceleres.

Penso que o encontro Médici-Borreo — faço um discurso exclusivamente de responsabilidade pessoal — deve merecer a reflexão acurada por parte dos nossos amigos do Norte, pois os Presidentes falaram pelas suas nações, interpretando, sem sombra de dúvida, o sentir de seus povos, quando defendem o princípio da autodeterminação e fazem as opções políticas dentro dos objetivos nacionais que dinamizam os respectivos governos.

O Brasil e a Colômbia com a "Carta de Leticia" deram novas dimensões à política continental, e tal documento terá repercussão na reclamada falta de dinâmica da ALALC quando não vacilamos em proclamar que somos pelo direito de comandamento dos nossos próprios destinos, sem que isso represente hegemonia política e preconizamos uma evolução sincera nas nossas relações de comércio e de permuta de tecnologia com os demais povos do continente.

Outras considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, poderíamos ainda fazer no exame do Documento de Leticia, mas, em que pese a importância do tema, cuidamos que não é lícito ocupar por mais tempo a preciosa atenção dos Srs. Senadores.

Relativamente ao problema amazônico, um dos temas de maior destaque nas conversações de Leticia, desejo, em outra oportunidade, tecer considerações específicas.

Ao encerrar essas palavras, congratulamo-nos com o Ex.^o Sr. Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, pela sábia e firme condução da nossa política internacional.

Chegou a hora de fazermos o Jogo da Verdade na Política Exterior, para pleitear justiça nas relações de comércio, respeito no concernente aos problemas de nossa soberania, como contraprestação da lealdade com que temos cumprido os nossos compromissos de solidariedade política, dentro das regras supremas dos interesses pelo bem da Humanidade, nos esforços da preservação da Paz.

Prestamos, também, da mais alta tribuna política do Brasil, ao Ex.^o Sr. Presidente da Colômbia, Dr. Pastrana Borrero, e ao seu povo, as nossas homenagens, na convicção de que brasileiros e colombianos, fitando o infinito na mesma direção, e num diálogo fraterno, vão contribuir com a inteligência, a técnica e a boa vontade para a crescente grandeza da América. (Muito bem! Palmas, o orador é cumprimentado.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES

Alexandre Costa — Clodomir Millet — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Jessé Freire — Domicio Gondim — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — João Calmon — Benjamin Farrah — Milton Campos — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Accioly Filho — Mattos Leão — Celso Ramos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.^o Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, em 10 de agosto de 1971.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Osires Teixeira pelo nobre Sr. Senador Lourival Baptista, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 10, de 1971 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Filinto Müller**, Líder da ARENA.

Brasília, em 10 de agosto de 1971.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Clodomir Millet pelo nobre Sr. Senador Saldanha Derzi, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 10, de 1971 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Filinto Müller**, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Está terminada a Hora do Expediente.

Há, na Casa, 62 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 1

“Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem), que “dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da Previdência Social, e dá outras providências”, tendo Pareceres das Comissões de Legislação Social (n.º 265/71), favorável; de Segurança Nacional (n.º 266/71), favorável, com emenda que oferece sob número 1-CSN; de Finanças (n.º 267/71), favorável; de Constituição e Justiça (oral, proferido na Sessão de 9-8-71), pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda n.º 1-CSN e pela inconstitucionalidade das emendas de Plenário.”

A discussão do projeto foi encerrada na Sessão do dia 5 do corrente, com a apresentação de quatro emendas de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro.

Figurando a matéria na Ordem do Dia da Sessão anterior, foi proferido parecer oral pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e da Emenda n.º 1, da Comissão de Segurança Nacional e pela inconstitucionalidade das emendas de Plenário.

Assim sendo, foram dispensados os pareceres das demais comissões, uma vez que, nos termos do inciso XVIII do art. 338 da nossa lei interna, as emendas de plenário nessas condições, não serão submetidas a votos.

Passa-se à votação da matéria:

Votação do projeto, sem prejuízo da Emenda n.º 1, do Conselho de Segurança Nacional.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 30, de 1971

(N.º 126-B, de 1971, na Casa de origem)

DE INICIATIVA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o — O ex-combatente segurado da previdência social e seus depen-

dentes terão direito às prestações previdenciárias concedidas, mantidas e reajustadas, de conformidade com o regime geral da legislação orgânica da previdência social, salvo quanto:

I — ao tempo de serviço para aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço ou ao abono de permanência em serviço, que será de 25 (vinte e cinco) anos;

II — à renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria de qualquer espécie, que será igual a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, definido e delimitado na legislação comum da previdência social.

Parágrafo único — Será computado como tempo de serviço, para os efeitos desta lei, o período de serviço militar prestado durante a guerra de 1939 a 1945.

Art. 2.^o — Considera-se ex-combatente, para os efeitos desta lei, o definido como tal na Lei n.º 5.315, de 12 de setembro de 1967, bem como o integrante da Marinha Mercante Nacional, que, entre 22 de março de 1941 e 8 de maio de 1945, tenha participado, de pelo menos duas viagens em zona de ataques submarinos.

Art. 3.^o — O ex-combatente já aposentado de acordo com o regime comum da legislação orgânica da previdência social terá direito à revisão do cálculo da renda mensal de seu benefício, para que ela seja ajustada ao valor estabelecido no item II do art. 1.^o, com efeitos financeiros a contar da data do pedido de revisão.

Parágrafo único — Poderá igualmente ser revisto, a pedido, nas condições deste artigo, o valor da aposentadoria que tiver servido de base para o cálculo de pensão concedida a dependentes de ex-combatentes.

Art. 4.^o — O valor do benefício em manutenção de ex-combatentes ou de seus dependentes, que atualmente seja superior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País, não sofrerá redução em decorrência desta lei.

Parágrafo único — Para os efeitos do disposto neste artigo, incorporam-se ao benefício da previdência social as vantagens concedidas com fundamento na Lei n.º 1.756, de 5 de dezembro de 1952.

Art. 5.^o — Os futuros reajustamentos do benefício do segurado ex-combatente não incidirão sobre a parcela excedente de 10 (dez) vezes o valor do maior salário-mínimo mensal vigente no País.

Art. 6.^o — Fica ressalvado o direito do ex-combatente que, na data em que entrar em vigor esta lei, já tiver preenchido os requisitos na legislação ora revogada para a concessão da aposentadoria por tempo de serviço nas condições então vigentes, observado, porém, nos futuros reajustamentos, o disposto no art. 5.^o

Parágrafo único — Nas mesmas condições deste artigo, fica ressalvado o direito à pensão dos dependentes de ex-combatente.

Art. 7.º — Ressalvada a hipótese do art. 6.º, no caso de o ex-combatente vir contribuindo, de acordo com a legislação ora revogada, sobre salário superior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, não será computada, para qualquer efeito, a parcela da contribuição que corresponda ao excedente daquele limite, a qual será restituída, a pedido.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis números 1.756, de 5 de dezembro de 1952, e 4.297, de 23 de dezembro de 1963, e demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Votação da Emenda n.º 1, do Conselho de Segurança Nacional.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA N.º 1-CSN

Acrescente-se ao art. 2.º a seguinte disposição:

"Parágrafo único — São considerados ainda, ex-combatentes, para os efeitos desta Lei, os pilotos civis que, no mesmo período referido neste artigo e por solicitação de autoridade militar, tenham comprovadamente participado de patrulhamento, busca, vigilância, localização de navios torpedeados e assistência aos naufragos."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 2:

"Votação, em turno único, do Requerimento n.º 154/71, de autoria do Sr. Senador Adalberto Senna, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1969, que "estabelece jornada de trabalho de motorista profissional, a serviço dos transportes coletivos de passageiros, e dá outras providências."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será desarquivada, e feita a reconstituição do projeto, se necessária.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)

Item 3

"Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 306, de 1971), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1965 (n.º 196-A/64, na Câmara dos Deputados), que "mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1965 (n.º 196-A/64, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 72 § 5.º, alínea c, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1971**

"Mantém ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 26 de dezembro de 1951, denegatório de registro a contrato celebrado, em 18 de dezembro de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda., para execução das obras de construção de um pavilhão-dormitório na "Escola Agrotécnica Visconde da Graça", em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 4

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 301/71), do Projeto de Resolução n.º 21, de 1971, que "suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressões do parágrafo 1.º do art. 62 da Constituição de 1967, do Estado da Bahia, e do art. 76 da Emenda Constitucional n.º 2, de 1969, do mesmo Estado."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

**Redação final do Projeto de
Resolução n.º 21, de 1971**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu,

Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
N.º , DE 1971**

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressões do § 1.º do art. 62 da Constituição de 1967, do Estado da Bahia, e do art. 76 da Emenda Constitucional n.º 2, de 1969, do mesmo Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva, do Supremo Tribunal Federal, proferida em 13 de maio de 1970, nos autos da Representação n.º 813, do Estado da Bahia, a execução das seguintes expressões:

a) "...por opção", contidas na alínea a do inciso II do § 1.º do artigo 62 da Constituição de 1967, e na alínea a do inciso II do art. 76 da Emenda Constitucional n.º 2, de 1969, do Estado da Bahia;

b) "...respectivamente pelo Conselho Superior do Ministério Público e pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil", contidas no inciso IV do § 1.º do art. 62 da Constituição de 1967 e no inciso IV do art. 76 da

Emenda Constitucional n.º 2, de 1969, do Estado da Bahia.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) —

Item 5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 92, de 1968 (n.º 3.644-B/66, na Casa de origem), que “doa ao Município de Matelândia, Estado do Paraná, área pertencente à União, integrante do Parque Nacional da Foz do Iguaçu”, tendo pareceres, sob números 289, 290, 291, 292 e 293, de 1971, das Comissões de Segurança Nacional: 1.º pronunciamento — favorável; 2.º pronunciamento — favorável; de Constituição e Justiça (audiência solicitada pela Comissão de Finanças), pela constitucionalidade e juridicidade; de Finanças, favorável, com Emenda que oferece, de n.º 1-CF; de Agricultura (audiência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça), favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Finanças.”

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão o projeto e a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, darei por encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

O SR. RUY SANTOS — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o nobre Senador Ruy Santos, para encaminhar a votação.

O SR. RUY SANTOS (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, duas palavras apenas.

Este projeto apresentado na Câmara dos Deputados doa ao Município de Matelândia, no Paraná, área pertencente à União.

Aqui, no Senado, obteve parecer favorável das Comissões técnicas. Quando a proposição chegou à Comissão de Finanças, de que faço parte, apresentei uma emenda em vez de doando, que fere a sistemática e a independência dos Poderes, apresentei emenda autorizando a doação. Essa emenda foi aceita.

No entanto Sr. Presidente, o Poder Executivo, que teria essa autorização, tem ponto de vista contrário ao projeto. O Poder Executivo é pela preservação dos parques florestais, e pre-

cisamente nesta área iria ser instalado um centro industrial, com prejuízo indiscutível para o parque, que está nas vizinhanças.

Por estes motivos, Sr. Presidente, a liderança da ARENA — e com imenso pesar — vai votar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado, o projeto, fica prejudicada a emenda.

A matéria vai ao Arquivo, feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 92, DE 1968

(N.º 3.644-B/66, na Casa de origem)

Doa ao Município de Matelândia, Estado do Paraná, área pertencente à União, integrante do Parque Nacional de Foz do Iguaçu.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica doada ao Município de Matelândia, no Estado do Paraná, uma área de 150 (cento e cinquenta) hectares de terra, a ser desmembrada do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, situada à margem da BR-277 e localizada em Céu Azul, distrito daquele Município.

Art. 2.º — A área de que trata o artigo anterior destinar-se-á ao aumento da área urbana e suburbana do citado distrito, a cargo da Prefeitura Municipal de Matelândia, no Estado do Paraná.

Art. 3.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO N.º 158, de 1971

Nos termos do art. 359 combinado com o parágrafo único do art. 358 do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados

da previdência social, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1971. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final, que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

PARECER

N.º 316, de 1971

da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem).

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatentes segurados da previdência social, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1971. — José Lindoso, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Adalberto Sena.

ANEXO AO PARECER

N.º 316, DE 1971

“Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 30, de 1971 (n.º 126-B/71, na Casa de origem).”

EMENDA N.º 1

(corresponde à emenda n.º 1-CSN)
Ao art. 2.º:

Acrescente-se ao art. 2.º o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único — Considera-se, ainda, ex-combatente, para os efeitos desta lei, os pilotos civis que, no período referido neste artigo, tenham comprovadamente participado, por solicitação de autoridade militar, de patrulhamento, busca, vigilância, localização de navios torpedeados e assistência aos naufragos.”

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em discussão a redação final que acaba de ser lida.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada. O projeto voltará à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Esteves. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Não há mais oradores inscritos.

(Pausa.)

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação de Projeto de Decreto Legislativo.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

(TRABALHOS DE COMISSÃO)

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 10 minutos.)

DISCURSO DO SR. SENADOR ARNON DE MELLO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 4 DE AGOSTO DE 1971 QUE SE REPUBLICA POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DCN DE 5 DE AGOSTO DE 1971.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o Sr. Arnon de Mello, em nome da Liderança da ARENA.

O SR. ARNON DE MELLO — Senhor Presidente.

A convite da Comissão de Minas e Energia, estêve hoje em nosso auditório o Ministro do Planejamento, Professor Reis Velloso, fazendo conferência sobre a estratégia de desenvolvimento e política científica e tecnológica do Governo.

A exposição do Sr. Ministro do Planejamento, lastreada em números e fatos, deu a todos nós a convicção de que o Brasil, através do Governo Revolucionário, fez a opção em favor da essencialidade da ciência e tecnologia como fundamental ao progresso.

Para o programa do Governo em tal setor, há uma dotação anual de 500 milhões de cruzeiros, já computada a correção monetária. Lembremos, a respeito, que a ONU gastará 170 milhões com os seus programas no mundo todo. Em 1967, despendemos um milhão de cruzeiros, em pesquisa de urânio, e agora despendemos 50 milhões por ano.

Criou-se um poderoso sistema financeiro para ciência e tecnologia, e o Governo dá prioridade à energia nuclear, às atividades espaciais e à oceanografia. Implantar-se-ão também centros de tecnologia para os setores de petróleo, transporte, co-

municações, bem como se promove a pesquisa na agricultura.

SENADO

Como Presidente da Comissão de Minas e Energia, tive ensejo de destacar que o Senado é constituído de homens que aliam ao espírito público a experiência de governo, pois 23 dos nossos colegas já foram Governadores e dez, Ministros de Estado. Entre os Governadores, está o Senador Carvalho Pinto que, à frente dos destinos de São Paulo, sancionou a lei que há dez anos criou a Fundação de Amparo à Pesquisa e lhe destina meio por cento do Orçamento do Estado.

O Senador Milton Campos criou, há mais de 20 anos, quando Governador de Minas, o Instituto de Tecnologia Industrial de Belo Horizonte.

A ação do Senador João Cleofas, como Ministro da Agricultura, em 1951-1954 foi revolucionária no sentido de aumentar o número de tratores utilizados na agricultura brasileira.

DISTORÇÕES

Senhores Senadores:

Ao ouvir o Ministro Reis Velloso, recordei que ainda há alguns anos um outro Ministro do Planejamento incluía no plano de governo dispositivo segundo o qual não devia o Brasil cuidar de energia nuclear. Houve, assim, de lá para cá, completa mudança de orientação. No entanto, apesar dos esforços do atual Governo no sentido do desenvolvimento científico e tecnológico, existem distorções que o dificultam e comprometem e que precisam ser corrigidas. Ainda há pouco tempo, por exemplo, ao chegar do Rio, vi, nos jardins próximos ao Aeroporto desta capital, vários homens trabalhando de enxada.

Ora, Srs. Senadores, não há mais cruel desperdício de energia nervosa e humana do que um homem passar diariamente 8 horas trabalhando a terra de enxada. A enxada é, ademais, instrumento do tempo da pedra lascada, tanto como o machado, a raiz latina dos dois nomes sendo a mesma: *ascia* e *asciata*. E dizer-se que 2.500 anos antes de Cristo já os egípcios utilizavam o arado! Não encontrarei mesmo, nas modernas enciclopédias de agricultura, qualquer referência à enxada. Não é de surpreender, então, que Brasília, a cidade do futuro e da esperança, que sensibilizou André Malraux, tenha hoje problemas de cidade velha que bem se identificam nas invasões.

APOIO

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muita honra ouço o aparte do nobre Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. Vasconcelos Torres — Apenas para comungar com V. Ex.^a quando faz assim um estudo sobre a enxada. Queria dizer que a nossa Pátria talvez seja ainda das poucas, exceto algumas nações africanas onde se registra ainda o primitivismo agrário, quando a enxada já deveria há muito tempo ter ido para o museu, objeto de museu e não para ser empunhada por um brasileiro na hora do progresso capitaneada pelo eminente Presidente Médici.

HELICÓPTERO E ENXADA

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Vasconcelos Torres.

Em excelente filme colorido, feito recentemente na Transamazônica, aparece, Senhores Senadores, um helicóptero transportando enxadas e facões para os trabalhadores rurais! Quer dizer: numa época em que o homem anda de carro na Lua, um moderno instrumento de transporte da segunda metade do século XX é utilizado para transportar obsoleto instrumento de trabalho já de museu!

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Nobre Senador Arnon de Mello, preocupa-me a colocação que está dando ao problema da enxada. Em verdade todos nós entendemos que a enxada é uma ferramenta rudimentar que já deveria estar no museu, mas isso se estivéssemos nós no estágio da agricultura que se observa, hoje, nos países altamente desenvolvidos, com séculos e séculos de colonização anterior à nossa, onde não há mais problemas de florestas virgens; dispensaríamos a enxada se tivéssemos nós essas peculiaridades, essas condições na nossa colonização. Mas não há como se pensar em colonizar a Amazônia, em fazer agricultura em florestas virgens, abdicando, renunciando à enxada, porque enquanto houver ali, no regime de derrubada de matas, terras com raízes e tocos que só com o tempo irão apodrecer — vez que é antieconômico pensar-se em destoca, em agricultura mecanizada, onde existem florestas daquela categoria, pois que se está desbravando, agora, a Região Amazônica — não vejo porque a estranheza de V. Ex.^a e do nobre Senador Vasconcelos Torres pelo fato de que ali se use o Governo para lá leve os únicos instrumentos possíveis de fazer agricultura naquela região, que outros não são senão o machado, a foice e a velha enxada. Aliás, quero dizer a V. Ex.^a que é uma ferramenta tão antipática que não amadurece, está sempre inchada. É de pouca produtividade mas ainda é, para aquela região, o único instrumento possível para se produzir cereais.

CANDEEIRO EM VEZ DE LAMPADA

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex.^a, nobre Senador, sabe da admiração que lhe dedico. Ainda há pouco tempo falava V. Ex.^a sobre a Amazônia, e eu tive oportunidade de me dirigir ao Presidente do Senado pedindo que prorrogasse o tempo de V. Ex.^a como orador, para que o Senado continuasse a ouvir as lições que se continham no seu discurso. Digo isso para demonstrar a tristeza com que sou obrigado a discordar de V. Ex.^a, mas discordar profundamente. Sr. Senador. E tristeza não somente por estar discordando de V. Ex.^a, como também por ver um homem da sua categoria intelectual, do seu nível cultural, defender tais pontos de vista. Perdoe-me V. Ex.^a mas, adotando tal posição, V. Ex.^a poderia defender também o uso do candeeiro em vez da lâmpada elétrica. Antieconômico seria derrubar florestas com machados, foices e enxadas, o que encareceria excepcionalmente os custos da mão-de-obra. Lembro, entretanto, que no filme referido eram tratores que derrubavam as árvores multisseculares da floresta amazônica.

Que V. Ex.^a defenda a tese da utilização da enxada para dar trabalho temporariamente àqueles nordestinos que ainda não saibam usar instrumentos mais modernos, eu estaria com satisfação de acordo em parte com V. Ex.^a Mas jamais apoiaria eu a tese de que devemos utilizar a enxada para a derrubada da floresta amazônica. Não, Sr. Senador, para construir o Brasil do futuro cumpre recorrer a instrumentos da nova tecnologia e nunca aos da pedra lascada. Se assim não procedêssemos, estaríamos negando a fabulosa contribuição que deram, ao bem estar da humanidade, todos os cientistas, os pesquisadores, os tecnólogos, que, durante séculos e séculos, lutaram para descobrir e aperfeiçoar novos instrumentos de trabalho. Depois da enxada, tivemos o arado, que os egípcios usavam 2.500 anos antes de Cristo. V. Ex.^a, nobre Senador, por cuja inteligência e espírito público tenho grande admiração há de me permitir que considere o seu aparte não como uma expressão do seu pensamento e sentimento, mas como um instante de bom humor com o objetivo de tornar mais acesos nossos debates.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a vai-me permitir fundamentar meu aparte. Com o respeito que V. Ex.^a me merece, quero dizer a V. Ex.^a que não vai nisso senão o objetivo de justificar a minha experiência naquela área. Sou, talvez, hoje, na Região Amazônica do meu Estado, e até quase poderia avançar e dizer em toda a Amazônia legal, o homem que mais derrubou mata, o homem que mais tem capineiras artificiais formadas naquela região, talvez o que mais tem plantado

lavoura naquela região; sou, talvez, um dos maiores, senão o maior criador de gado bovino naquela área e minhas experiências naquela região, que datam de 8 anos, têm-me demonstrado que é impossível a implantação de uma agricultura econômica, com as dificuldades de transporte que ainda se observam naquela região, para se produzir os investimentos que demandariam uma lavoura mecanizada, tais as dificuldades em remoção dos obstáculos naturais que são as raízes e os tocos na terra nova. Eu não sei como. Há de V. Ex.^a me fazer uma indicação de como, de que maneira baratear a técnica, a monta de investimento que isto reclamaria, com o fim de fazer com que tudo isso se tornasse econômico. Eu não o consegui até hoje. Veja V. Ex.^a: tenho um parque industrial implantado na hoje talvez mais importante cidade da Belém-Brasília, que é Araguaína. Era um povoadinho quando lá cheguei, em 1963, com apenas 26 habitantes; hoje é uma cidade e tem 25 mil habitantes. Fui pioneiro naquela área. Passei 54 dias para levar àquela área os primeiros caminhões que saíram de Goiânia. Tenho ali funcionando um parque industrial que não se envergonha diante das grandes indústrias e dos grandes empresários da cidade de S. Paulo. Porque, realmente, quando se tratava de indústria, e, no caso, da atividade industrial, foi-me permitido implantar ali o que há de mais moderno. No caso porém da agricultura e da pecuária não tive como, até o momento, e nem os outros grandes fazendeiros, homens altamente preparados, tiveram como resolver o problema da região, que não através do machado, da foice e da enxada para que ali se implantassem fazendas, da forma como se vem implantando. Agora, nisto concordo com V. Ex.^a Tudo se tornará mais fácil, do momento em que a terra estiver desbravada, após muita queima e após a implantação das capineiras com a destruição dos tocos e das raízes que são, muitas vezes, profundas naquela região. Veja V. Ex.^a como figura ilustrativa: mamãozinhos, ou jaracatiás, como são mais conhecidos na região sul do Estado, nas terras mais húmusas, com diâmetro de 30 centímetros, são encontrados naquela região, com 1 metro e 50, e até 1 metro e 70 de diâmetro. Veja V. Ex.^a como é exuberante, como é generosa e fértil aquela terra, e de maneira tal, que torna, sem dúvida nenhuma, mais que antieconômico a atividade agrícola mecanizada nesta primeira fase. No Nordeste, com o qual V. Ex.^a é realmente, um homem familiarizado, onde a vegetação é bem outra, e, por certo, como sói ser aqui em Brasília, com os cerrados, lá e aqui se pode falar em destoca com trator pequeno, trator econômico tipo D-4, ou o tratorzinho que está muito em uso — e eu tenho alguns, aliás — que é o FIAT A-70, para 7 ou 8 toneladas,

e que são facilmente removíveis, através de caminhões, de uma fazenda para outra. Ele é usado na agricultura, no meu Estado, como deve ser usado em Brasília e no Nordeste. Mas, na região amazônica, é tal o gigantismo das árvores, que ele nada resolve. Logo, não vejo como implantar-se ali, a curto prazo, a agricultura que V. Ex.^a idealiza e de que tem experiência no Nordeste.

PENA DE ESCREVER E MAQUINA DATILOGRÁFICA

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex.^a, nobre Senador, me perdoará a insistência nos meus pontos de vista. Devo dizer que no meu Estado estamos utilizando tratores para preparar a terra dos tabuleiros. V. Ex.^a declara que é antieconômico trabalhar com trator, e não o é com enxada, no Amazonas. Vi, entretanto, no filme a que aludi, as grandes árvores arrancadas com as suas raízes, pelos tratores.

Se defendermos que é mais econômico usar a enxada para derrubar as árvores multisseculares, poderíamos também defender que deveríamos usar a pena de escrever em vez da máquina de datilografia. Entretanto, embora mais cara, economicamente parece mais interessante utilizar máquina de datilografia do que pena.

Diante das palavras de V. Ex.^a, eminente Senador, negando a nova tecnologia, cuja finalidade precípua é além de acelerar o desenvolvimento, reduzir os custos anexo-me a referir, mais uma vez, o caso da Índia. No Parlamento indiano, quando Nehru quis executar o programa de desenvolvimento científico e tecnológico do país, recebeu críticas até de correligionários. E a frase de Nehru, que tenho muitas vezes citado desta tribuna, vale a pena ser repetida: "A Índia é de fato um país extremamente pobre para se dar ao luxo de não recorrer à ciência e à tecnologia para o seu desenvolvimento."

E Romy Bhabha, o grande físico nuclear que realizou o programa de desenvolvimento científico e tecnológico do grande país, respondendo aos críticos que acusavam o Governo de estar gastando muito dinheiro com a eletrificação, declarou: "É mais caro um zero quilowatt do que um quilowatt carol!"

Nobre Senador: um trator faz as vezes de centenas de enxadas. Mas — dirão — nem todos os agricultores podem adquirir um trator. Seria, então, indispensável que se constituíssem, com apoio financeiro do Governo, companhias mistas de serviços, as quais adquiririam tratores para alugá-los aos pequenos agricultores. As enxadas, nobre Senador Benedito Ferreira, é que são antieconômicas. Com enxada não plantamos uma árvore: enterramos o País.

O Sr. Guido Mondim — V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a me permite uma observação?

O Sr. Benedito Ferreira — Eu pediria ao Senador Arnon de Mello que me permitisse outro aparte. Quando se examina o aspecto econômico, é de lembrar que no Brasil temos excesso de mão-de-obra e pouco capital.

BURACOS

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex.^a entra noutro assunto que não estamos debatendo no momento.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a, nobre Senador Arnon de Mello, confunde abertura de estrada com desmatamento para agricultura. São duas coisas distintas.

O SR. ARNON DE MELLO — Desmatamento está sendo feito pelos tratores para abertura de estradas e pode ser feito também para agricultura. São coisas semelhantes.

O Sr. Benedito Ferreira — E temos, nobre Senador, atividades madeiras também, além de indústria de óleos vegetais de algodão. Somos forçados a abrir estradas para penetração na floresta. E não avalia V. Ex.^a a dificuldade todas as vezes que se arranca uma árvore com raízes: os buracos enormes, a deformação que resulta do arrancamento dessa árvore. Há verdadeira mutilação da superfície.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex.^a me permite? V. Ex.^a assistiu à construção de Brasília? Fizeram-se, buracos e mais buracos em Brasília, com tratores, os quais depois foram por tratores recobertos.

O Sr. Benedito Ferreira — Não há que confundir as terras do planalto, as terras de Brasília, com as matas, a que nos estamos referindo, da região da Transamazônica. V. Ex.^a está comparando uma terra pobre, despovoada de vegetação como esta aqui, com terras cheias de humus.

O SR. ARNON DE MELLO — Estou falando dos buracos. Se bem ouvi, V. Ex.^a dizia que os tratores, arrancando as árvores, deixavam os buracos e que era preciso que as enxadas os fechassem.

O Sr. Benedito Ferreira — Não disse isso. Disse do transtorno que se faz na área humosa do solo com o arrancamento das árvores. O gasto, o custo para o arrancamento de cada árvore e os investimentos que se exigiram dos implantadores de fazenda, considerando-se a dificuldade de capital que existe — e V. Ex.^a não ignora as dificuldades com que se deparam os agricultores — e não vejo como buscar recursos bastantes para obter-se essa implantação caríssima e, de certa forma, gravosa para liberar uma mão-de-obra que nós temos ociosa.

País que tem dificuldade de capital como o nosso, há que se preocupar em aplicar esses investimentos de maneira tal a criar-se o maior número possível de empregos. Não justificaria aí o uso da enxada, se fosse econômica a prática do uso do trator. Eu continuo insistindo com V. Ex.^a: naquela região, se V. Ex.^a se deslocar até lá e ali conversar com qualquer dos fazendeiros, qualquer dos implantadores da agropecuária na região, — irá constatar a impraticabilidade e a antieconomicidade da implantação da agricultura naquela região, com o desmatamento através de lâminas de tratores. Não tenho nenhum constrangimento de insistir com V. Ex.^a no meu ponto de vista, mesmo porque o faço calcado em experiência pessoal. Não sou daqueles que defendem idéias retrógradas. Pelo menos tenho procurado, nos meus pronunciamentos através dos meus esforços legislativos, demonstrar aos meus Colegas que, se não sou tão avançado no sentido lato da palavra, não sou também um retrógrado. Acho que V. Ex.^a, possuído por informações vagas, por uma preocupação de certa forma legítima, mas por falta de maiores esclarecimentos de causa, está confundindo a agricultura que se pode fazer na região do agreste, que se pode fazer na região do Nordeste, onde a camada vegetal é tão diferente, tão divergente, com aquela que está localizada na área da Transamazônica; o que induz V. Ex.^a, com tanta veemência, de certa forma até pouco generosamente, a censurar o seu colega aqui, despreparado, mas que se anima a dizer que irá, com a experiência de homens cultos e inteligentes como V. Ex.^a, através dos tempos, através da convivência, com a admiração que vota a V. Ex.^a, melhorar sua atuação.

O SR. ARNON DE MELLO — A minha admiração por V. Ex.^a é muito maior.

O Sr. Guido Mondim — Não me esqueça.

ESTRADA DE FERRO E CAVALO

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Benedito Ferreira, V. Ex.^a, que honra tanto esta Casa, deve evidentemente ser um curioso dos seus Anais. Peço a V. Ex.^a que volte a sua atenção para os Anais do Congresso Nacional. Quando Mauá implantou, por volta de 1850, a primeira estrada de ferro no Brasil, houve no Parlamento do Império oradores que fizeram discursos protestando contra o trem, considerando que ele iria provocar numerosos desastres e que muito melhor seria continuarem os brasileiros andando a cavalo. Veja V. Ex.^a que, ainda recentemente, quando se instalou o primeiro reator atômico de pesquisas em São Paulo, foi preciso utilizar a polícia da Capital do grande Estado — lamento que não haja aqui nenhum Senador de São Paulo

para confirmar o que estou dizendo — porque se considerava que um reator atômico seria a desgraça da população paulistana.

V. Ex.^a fala que é caro trabalhar a terra amazônica com trator. Caro, nobre Senador, é um recém-nascido, que leva 20 anos para produzir. No entanto, sem recém-nascido não há futuro.

A Transamazônica é obra para o Brasil do futuro, para o Brasil novo. Não devemos dar as costas ao futuro, olhando o passado com a enxada nas mãos, mas olhar o futuro com o trator, o instrumental do século, em que o homem já anda de automóvel na lua. Não é justo que continuemos como na Idade da Pedra Lascada, trabalhando a terra com a enxada que, repito, enterra o Brasil.

Concedo o aparte ao nobre Senador Guido Mondim.

O Sr. Guido Mondim — Senador Arnon de Mello, eu, de certo modo, embora disto S. Ex.^a não precise, venho em socorro do Senador Benedito Ferreira, mas noutro sentido.

Até vou "dar uma de quadrado". O nobre Senador Arnon de Mello, todos conhecem nesta Casa, é quem mais tem debatido no Senado problemas de tecnologia e de ciências, mas tenho medo de que S. Ex.^a enverede por um caminho que me está preocupando. Essa direção exclusiva para a ciência e para tecnologia, tão necessárias, está fazendo esquecer algo profundo, algo fundamental, que é o humanismo que estamos abandonando. O ilustre Senador Arnon de Mello preocupa-se por causa do filme colorido sobre a construção da Transamazônica, no qual há uma cena em que, enquanto tratores derrubam árvores multisseculares, um helicóptero transporta facões e enxadas para os trabalhadores. Pois faço uma vinculação de machados, enxadas e facões com esse humanismo que vejo abandonado. O excessivo entusiasmo pela ciência e pela tecnologia está fazendo esquecer detalhes de humanidade. Como querer que num país das dimensões do nosso, de repente, só funcionem tratores, esquecendo que as suas condições peculiares, por toda a parte, estão a exigir, por muitos decênios — direi assim, veja como sou quadrado, nobre Senador —, enxada, machado e facão?

HUMANISMO

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex.^a defende o humanismo e eu também. Dentro de poucos dias, farei aqui um discurso, no qual verá que estou inteiramente de acordo com V. Ex.^a Mas, nobre Senador, permita-me dizer que desumano é o machado, desumano é a enxada, desumano é o facão, que esgotam o trabalhador, tiram-lhe a produtividade e não redu-

zem, antes, aumentam os custos da produção.

O Sr. Guido Mondin — Estou contente, desde agora, porque, ainda ontem à noite, os nobres colegas que comigo participam das aulas da ADESG ouviram algo muito curioso ligado ao que discutimos neste momento. A Índia, também mencionada por V. Ex.^a há pouco, e Nehru também mencionado por V. Ex.^a há pouco, nos dão esse exemplo do que é o cuidado excessivamente tecnicista com o abandono do humanismo. Na Índia, V. Ex.^a citou problemas de eletrificação cuidados por Nehru...

O SR. ARNON DE MELLO — Que era um espiritualista.

O Sr. Guido Mondin — ... e ainda assim, ele esquecia, de questões que, felizmente, não temos aqui, que é o problema das castas, que os indianos não conseguem vencer, porque atraídos agora a um cuidado técnico ou científico, estão abandonando o humanismo. Então nos era lembrado ao mesmo tempo esse episódio. Nehru, partindo precisamente para uma dessas missões, no sentido de doutrinar sobre a necessidade do desenvolvimento da Índia, encontrou um pária, que o tocou. Isso o contaminava, segundo os seus preconceitos, e ele bateu no pária. É a técnica esquecendo o humanismo. Assim, nobre Senador Arnon de Mello, alegre-me em saber que V. Ex.^a, dentro em breve, estará ocupando a tribuna do Senado para falar sobre humanismo. Não o esqueçamos. Cuidado! O desenvolvimento cego levou os Estados Unidos à situação em que ele se encontra hoje. Se V. Ex.^a me permite nesse aparte, contarei uma pequena história. Viajava eu de Miami para Belém do Pará ao lado de um estudante brasileiro em férias. Quando lhe perguntei o que ele faria depois de formado por uma das Universidades dos Estados Unidos, se ia ingressar imediatamente na sua profissão, disse-me ele: "Não, eu irei para o Brasil, para doutrinar, para que o meu País não cometa os erros dos Estados Unidos que, na sua fúria desenvolvimentista, esqueceu o homem, esqueceu a alma e esqueceu o espírito." Portanto, tenhamos esse cuidado, porque no machado que V. Ex.^a está condenando, no facão que V. Ex.^a detesta, na enxada que é um símbolo sagrado dos que exploram a terra para o alimento do homem, nisso tudo, nobre Senador, está o humanismo em favor do qual eu me baterei. Minha Pátria há de progredir, mas ela não pode cometer o erro de, paralelamente, não cuidar desse outro aspecto, para crescer materialmente, mas, ao mesmo tempo, valorizar também o espírito, para que tenhamos quando seu desenvolvimento aflorar, o homem espiritualmente preparado para fazer uso desse desenvolvimento.

ELEVAÇÃO DO HOMEM

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Guido Mondin, V. Ex.^a tocou minha sensibilidade com seu aparte, e eu não esperava outra manifestação de V. Ex.^a, espiritualista que é e cuja sensibilidade artística o Senado conhece. Confesso que, ao iniciar aqui a luta, em favor do desenvolvimento científico e tecnológico, tive unicamente em vista o bem-estar do homem, a elevação moral e espiritual do ser humano. E sabe por quê, nobre Senador Guido Mondin? Porque conheço o que é a fome, sei o que é a dor da fome; sei o que é injustiça social, e sei também que com a Ciência e a Tecnologia vamos levar mais pão para as mesas dos pobres, dos famintos. Quero ver o homem engrandecido na sua condição de criatura de Deus. Quero que o homem tenha atendidas as suas necessidades vitais e ao mesmo tempo seja elevado espiritualmente.

DESUMANO É O MACHADO

Desumano, nobre Senador Guido Mondin, é o machado, é a enxada, porque não há mais cruel desperdício de energia humana e de energia nervosa do que o trabalho de 8 horas diárias de um pobre homem mal-alimentado, de enxada na mão, em cima da terra. Defendo o progresso material e defendo também o progresso moral. Bato-me pela justiça social. Fui Secretário-Geral do Partido Democrata Cristão, do qual foram Presidentes os nobres Senadores Ney Braga e Franco Montoro e Secretário-Geral, antes de mim, o eminente Marechal Juarez Távora, nobre Senador Guido Mondin.

Os que atacam o desenvolvimento científico e tecnológico sob a alegação de ser inumano, anti-humano — a não ser V. Ex.^a, que, como outros, o faz com muita sinceridade — talvez procedam por interesse pessoal. Vou contar um fato que se verificou nos Estados Unidos, quando Presidente Franklin Roosevelt. No rio Colorado, determinada empresa decidiu fazer uma barragem, para construir uma usina hidrelétrica e fornecer energia a dois Estados. Os proprietários das usinas termelétricas dos dois Estados procuraram seus respectivos Governadores e lhes disseram que, construída a barragem e a usina, teriam de fechar as portas porque não poderiam concorrer com a nova usina que iria produzir energia muito mais barata. Um dos Governadores apressou-se a mandar a polícia expulsar de lá os operários para evitar a construção da nova usina. Roosevelt foi avisado disso e logo passou telegrama ao Governador dizendo que ele ou retirava imediatamente a polícia do rio Colorado, ou o denunciaria como inimigo do desenvolvimento americano e da própria segurança nacional. E o Go-

vernador, imediatamente, retirou de lá a polícia. A hidrelétrica foi construída e o povo começou a pagar muito menos pela energia consumida. E a termelétrica fechou.

Muitos dos que são contra o desenvolvimento científico e tecnológico e apresentam esses argumentos — não é o caso de V. Ex.^a, a quem rendo a homenagem de meu respeito e admiração — o fazem naturalmente por interesse econômico. Podemos perfeitamente fazer o desenvolvimento científico e tecnológico com o homem, pelo homem e para o homem, e nunca fazê-lo contra o homem — o que para mim não teria sentido. Tal como o dinheiro, a máquina para produzir seus melhores frutos, há de servir e não escravizar o homem.

O Sr. Guido Mondin — Na verdade, nobre Senador Arnon de Mello, se me permite, ainda não vi campanhas nesse sentido dêsse que porventura tenham interesses em que não haja progresso na técnica e na ciência. Evidentemente, a minha preocupação é de ordem profundamente humana. Então, vamos deixar bem claro o meu pensamento. O que entendo é que, nesta luta pelo avanço científico e técnico, em sua decorrência, não devemos chegar nunca ao exagero, ao erro de esquecer esse outro aspecto, cuidando dele paralelamente. Veja V. Ex.^a a minha preocupação. Pela conferência do Ministro Delfim Netto, e hoje pela conferência a que assistimos, de manhã, do Ministro do Planejamento, aqui, no Senado, em nosso auditório, estamos vendo que é uma fatalidade essa explosão de progresso do nosso País. Entretanto, tenhamos o cuidado — é preciso repeti-lo mil vezes —, preparemos o homem brasileiro para esse progresso, para que ele não venha a trazer complicações futuras, de sorte a que, junto com o progresso, tenhamos novas e imprevisíveis desgraças. Apresentarei sempre como exemplo a atual situação dos Estados Unidos. Este, meu pensamento.

Tensões internacionais

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Guido Mondin, as preocupações de V. Ex.^a são as minhas preocupações. Deus me livre de querer desenvolvimento científico e tecnológico que não tenha por objetivo o bem-estar do ser humano que deve ser pari passu preparado para ele.

Cumpramos ressaltar que essa explosão do desenvolvimento científico e tecnológico, a que se refere V. Ex.^a, está na razão direta do aumento galopante do número de famintos no mundo.

Há dois anos os americanos realizaram um inquérito para saber dos motivos das tensões internacionais. Verificaram que de 87 países pesquisa-

dos, em 86 as tensões, os conflitos haviam sido provocados pela fome, pela injustiça social, e, em apenas um país, não havia sido a fome o gerador da crise. Ante o problema da expansão demográfica, que devemos fazer senão aumentar a produção através da Ciência e da Tecnologia, que, barateando os alimentos, possibilitam dar de comer aos famintos? Veja, nobre Senador Guido Mondin, o que é a tecnologia: um telefonema de 3 minutos, de São Paulo para Recife, custa, pela Radional, que adota os meios convencionais, cinquenta e dois cruzeiros, e pela EMBRATEL, que utiliza nova tecnologia, sete cruzeiros. Trata-se de setor importantíssimo mas não diz respeito diretamente ao problema da pobreza.

Sabemos, entretanto, que 50% dos alimentos nos países tropicais apodrecem. Já observou V. Ex.^a que quadro doloroso para o lavrador: plantar, cuidar da terra, acompanhar a planta desde o nascer, colher o fruto, transportá-lo e vê-lo apodrecer no mercado? Quando chegam os alimentos no mercado, sobretudo as frutas, já o comerciante aumentou-lhes os preços, considerando o eventual apodrecimento.

Pois bem, nobre Senador: a energia nuclear preserva, por um ano, as frutas, do apodrecimento; preserva a carne por 3 ou 6 meses; preserva o peixe por um mês, sem perigo de contaminação. E não é só isso. A energia nuclear, através de mutações genéticas, multiplica as colheitas, multiplica o tamanho dos grãos do milho, do feijão, do trigo. Então, vamos desprezar o desenvolvimento científico e tecnológico, quando temos problemas de fome e da explosão demográfica? Ao contrário. Tudo, devemos fazer para acelerá-lo. Toda minha luta é objetivando o bem-estar do ser humano, a sua elevação moral e espiritual, porque sou profundamente humano tanto quanto V. Ex.^a

Não me despreocupo, portanto, do seu desenvolvimento espiritual, pelo qual debato como o eminente colega.

O Sr. Guido Mondin — Permita-me V. Ex.^a Não vou mais interromper V. Ex.^a Apenas para dizer que sou um homem absolutamente atualizado. Minhas preocupações, portanto, devem ser compreendidas precisamente nesse sentido. Nada contra a Ciência, nada contra a Técnica, mas tudo se desenvolvendo com esse cuidado com o homem. V. Ex.^a proclamou: nas suas manifestações, que tem esse cuidado. Estou observando. Jamais será muito advertirmos não venha acontecer para o nosso País o fato de, simultaneamente com esses anseios de progresso, não cuidarmos do desenvolvimento espiritual do homem, precisamente no sentido de que ele venha a usufruir totalmente os benefícios do progresso.

O Homem e o Animal

O SR. ARNON DE MELLO — Subcrevo inteiramente as palavras de V. Ex.^a Acho que V. Ex.^a tem completa razão e **jamais** defenderia o desenvolvimento científico e tecnológico com o sacrifício do homem sem complementá-lo com a preparação do homem para recebê-lo e usufruí-lo. Em resumo: meu objetivo é o bem-estar material, moral e espiritual do maior número dos seres humanos abandonados, desassistidos, necessitados.

Muito obrigado a V. Ex.^a e ao nobre Senador Benedito Ferreira, pelos apartes com que tanto me honraram.

Ainda a respeito do nobre Senador Benedito Ferreira estimaria completar minha resposta a um de seus apartes. S. Ex.^a declarou que há excedentes de mão-de-obra no Nordeste e é preciso dar trabalho ao homem. Tenho tanto por objetivo o bem-estar do homem, que não o quero para máquina. Acho que o ser humano não foi feito para ganhar a vida à custa apenas dos seus músculos, nobre Senador, porque já passou a época em que todo homem era puramente força física. A sua força física foi substituída pela do animal e depois pela máquina. Desejo que o homem tenha nível mais elevado de trabalho e não seja uma simples máquina, um instrumento de fazer força.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite-me V. Ex.^a uma observação?

A TRANSAMAZÔNICA É O FUTURO

O SR. ARNON DE MELLO — Um minuto, por favor. Queira V. Ex.^a permitir-me terminar meu raciocínio, e logo depois, com muita satisfação, lhe darei o aparte. A Transamazônica é o futuro, e está sendo feita com máquinas modernas. Paradoxo incrível: ao mesmo tempo que a construímos para desenvolver a região, temos para trabalhar a terra algo que a manterá sempre no subdesenvolvimento, e o homem num superado estágio de vida. Faz o Governo um esforço revolucionário na direção do progresso, e não é possível que esse esforço seja neutralizado pela enxada. Precisamos, isto sim, acelerar o desenvolvimento, queimando etapas. Fazer desenvolvimento com instrumentos obsoletos e métodos convencionais é fazer subdesenvolvimento e não desenvolvimento.

Cedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira para o aparte que recebo agradecido.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex.^a, no seu humanismo, me permita dizer, formulou uma utopia, ultrapassando os preceitos evangélicos que estabelecem que o homem deve comer o pão amassado com o suor do seu rosto. E, desprezando esse aspecto, quero lembrar a V. Ex.^a que não sou técnico mas tenho profundo respeito por aqueles que abraçaram a técnica e a exercitaram. Esse respeito me leva a advertir

o ilustre Colega, de que, até hoje, nenhum projeto de implantação agropecuária, apresentado naquele Órgão técnico, teve a indicação de implantar, ali, agropecuária, desmatamento, principalmente desmatamento, que é a primeira fase de implantação, que não fosse com base no trabalho braçal, isto é, a derrubada através do machado, a queima e o plantio através das ferramentas rudimentares, que seriam a plantadeira manual e a carpa através de enxada. Não me consta que algum dos projetos até hoje examinados pela SUDAM tivessem em seu bojo outro propósito dos empresários que não fosse nesses moldes, os quais temos usado, embora as nossas atividades agropecuárias naquela Região não obedecem aos critérios da SUDAM. Não dependemos daquele Órgão para implantação das nossas atividades. Mas a verdade é esta: não tenho notícias de nenhum projeto agropecuário examinado pela SUDAM que abrigue a teoria esposa-da por V. Ex.^a

COM O SUOR DO ROSTO

O SR. ARNON DE MELLO — V. Ex.^a vai me permitir que responda antes as palavras iniciais do seu aparte. Declarou V. Ex.^a que eu nego até os Evangelhos quando dizem que o homem deve ganhar o pão com o suor do seu próprio rosto.

Nobre Senador Benedito Ferreira, V. Ex.^a é Senador da República. Não me consta que V. Ex.^a negue o Evangelho porque não faz força física que lhe leve suor ao rosto para ganhar a vida. A expressão "suor do rosto" não se entende por força física, porque se Deus colocou no mundo os homens com pensamento e espírito, com sentimento e consciência, não foi para que fizessem as vezes dos animais. Acho que, hoje, nobre Senador Benedito Ferreira, o que está realmente valendo no mundo não é a força física, não é a ideologia, não é mesmo o capitalismo: é o cérebro.

Vemos, na Rússia, onde existe a Ditadura que conhecemos, cientistas como Andrei Sakarov, fazerem crítica ao Governo e serem respeitados pelo próprio Governo, porque são criadores, são homens de que a Rússia precisa, como todos os países necessitam de seus pesquisadores, de seus cientistas.

Sem diminuir a importância da força espiritual, antes pelo contrário, considero, no mundo de hoje, a importância da força intelectual e cultural, do cérebro, ao qual devemos os fabulosos avanços da ciência e da tecnologia. E o que desejo para os homens, para meu próximo, para os meus irmãos analfabetos, famintos, é que ascendam na vida, tenham acesso aos bens da civilização, aos bens da produção, ao bem-estar geral, não sejam estimados pela força física mas

pelo desenvolvimento das qualidades intelectuais, morais, emocionais e espirituais, das nobres qualidades humanas.

Quanto ao fato de os projetos da SUDAM não considerarem idéias que eu aqui haja desenvolvido, nada tenho a dizer senão que a SUDAM deveria agir de outra maneira, porque o mundo novo tem de ser trabalhado com o instrumental do mundo novo e não com o instrumental do passado, que já devia estar recolhido aos museus.

Desenvolvimento moral e espiritual

Sr. Presidente, vou terminar. Ia falar 5 minutos apenas, porque tenho reunião na Comissão de Relações Exteriores, na qual sou Relator de um projeto, e devo assistir à conferência do Ministro Dias Leite na Comissão do Nordeste. Mas a honra com que me

distinguiram os nobres Senadores Benedito Ferreira e Guido Mondin aqui me reteve nesta tribuna durante uma hora, com grande alegria para mim.

Disse eu ao Ministro Velloso que somos, como S. Ex.^a, contemporâneos do nosso tempo, e assim apoiamos o desenvolvimento científico e tecnológico. Muitas das palavras que ouvimos hoje de S. Ex.^a já estão concretizadas em atos. E estamos certos de que todas elas se transformarão em realidade quanto antes para que quanto antes o desenvolvimento brasileiro seja efetivo e definitivo, seja um fato, não somente afirmado pelas estatísticas, ou então espasmódico, dependente de providências conjunturais, mas matizado na ciência e na tecnologia, que reduzindo os custos, asseguram o acesso aos bens da produção e garantem o bem-estar do ser humano com o seu paralelo desenvolvimento moral

e espiritual. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO

GRUPO BRASILEIRO

Convocação

De ordem do Senhor Presidente, Senador Orlando Zancaner, fica convocada uma reunião da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, de acordo com a letra a, item II, do art. 6.º do Regimento Interno, para o dia 11 de agosto do corrente ano, quarta-feira, às 17 horas, na Sala do Grupo Brasileiro, 23.º andar do Anexo do Senado Federal.

Brasília, 9 de agosto de 1971. — Paulo Jos Maestrali, Secretário-Geral.

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consultante, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

- | | |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil | V |
| b) Legislação Complementar | CLXV |

II PARTE

- | | |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil | 1 |
| b) Julgamentos | 27 |

III PARTE

- | | |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura	Cr\$ 30,00
Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia	Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

M E S A		LIDERANÇA DA MAIORIA
Presidente:	4º-Secretário:	Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente:	1º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Vice-Presidente:	2º-Suplente:	Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
1º-Secretário:	3º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenor Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2º-Secretário:	4º-Suplente:	Orlando Zancaner (ARENA — SP)
Clodomir Millet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Ruy Santos (ARENA — BA)
3º-Secretário:		LIDERANÇA DA MINORIA
Guido Mondin (ARENA — RS)		Líder:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Flávio Brito
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Mattos Leão

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Pelxoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guimard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — R. 313

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
Accioly Filho
Milton Campos
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Emival Caiado
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Arnon de Mello
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
Emival Caiado

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcanti
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Augusto Franco
Orlando Zancaner
Paulo Guerra
Milton Cabral
Helvídio Nunes
José Lindoso

SUPLENTES**ARENA**

Domicio Gondim
Milton Campos
Geraldo Mesquita
Flávio Brito
Leandro Maciel

MDB

Amaral Peixoto

Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Geraldo Mesquita
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

SUPLENTES**ARENA**

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

MDB

Benjamin Farah

Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

Celso Ramos
Lourival Baptista
Saldanha Derzi
Geraldo Mesquita
Alexandre Costa
Fausto Castello-Branco
Ruy Santos
Jessé Freire
João Cleofas
Carvalho Pinto
Virgílio Távora
Wilson Gonçalves
Mattos Leão
Tarso Dutra

SUPLENTES**ARENA**

Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Milton Trindade
Dinarte Mariz
Emival Caiado
Flávio Brito
Eurico Rezende

MDB

Amaral Peixoto

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças —
Ramais 172 e 173.**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

Heitor Dias
Domicio Gondim
Paulo Torres
Benedito Ferreira
Eurico Rezende
Orlando Zancaner

SUPLENTES**ARENA**

Wilson Campos
Accioly Filho
José Esteves

MDB

Franco Montoro

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcanti

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guimard

Milton Trindade

Domicio Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terça-feira, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

Emival Caiado

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quarta-feira, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Saldanha Derzi

Virgílio Távora

Accioly Filho

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quinta-feira, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terça-feira, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Paulo Tórres
Luiz Cavalcanti
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

Milton Trindade
Alexandre Costa
Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: terça-feira, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Tarso Dutra
Augusto Franco
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quarta-feira, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcanti
Milton Cabral
Geraldo Mesquita
José Esteves

Dinarte Mariz
Benedito Ferreira
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretário: Mario Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quarta-feira, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11º andar do Anexo

Telefone: 43-6677 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para apreciação de vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Serviço Gráfico do Senado Federal

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20